

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

VANTUIR RAIMUNDO SILVA DE ARRUDA

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PAULO FREIRE PARA A
ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO EM PERNAMBUCO

São Leopoldo

2015

VANTUIR RAIMUNDO SILVA DE ARRUDA

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PAULO FREIRE PARA A
ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO EM PERNAMBUCO

Trabalho final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de pesquisa: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Orientadora: Laude Erandi Brandenburg

São Leopoldo

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A779i Arruda, Vantuir Raimundo Silva de
A importância do programa Paulo Freire para a
erradicação do analfabetismo em Pernambuco / Vantuir
Raimundo ; orientadora Laude Erandi Brandenburg. – São
Leopoldo : EST/PPG, 2015.
84 p. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2015.

1. Alfabetização – Pernambuco. 2. Alfabetização de
jovens. 3. Alfabetização de adultos. 4. Professores
alfabetizadores. I. Brandenburg, Laude Erandi. II. Título.

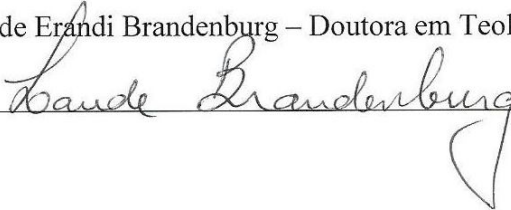
VANTUIR RAIMUNDO SILVA DE ARRUDA

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PAULO FREIRE PARA A ERRADICAÇÃO DO
ANALFABETISMO EM PERNAMBUCO**

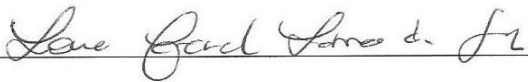
Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Data de Aprovação: 13 de janeiro de 2016.

Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – EST (Presidente)



Laura Franch Schmidt da Silva – Doutora em Teologia – EST



“O caminho que escolhi é o do amor.
Não importa as dores, as angústias e
nem as decepções que vou
ter que encarar.
Escolhi ser verdadeira
no meu caminho, o abraço é
apertado, o aperto de mão é sincero,
por isso não estranhe a minha
maneira de sorrir, de te desejar o bem.
É só assim que enxergo a vida, é só
assim que acredito que valha a pena viver.”
(Madre Teresa de Calcutá)

AGRADECIMENTOS

A meu pai, Edson Damião de Aruda, *in memoriam*;
Minha mãe, Sandra Maria da Silva;
Minha esposa, Ursula Alves da Rosa;
Filhas: Rayanne Gabriela e Ana Paula;
Orientadora, Laude Erandi
e principalmente a Deus.

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender a importância do Programa Paulo Freire Pernambuco Escolarizado para a erradicação do analfabetismo em Pernambuco. Busca analisar as propostas pedagógicas e sua aplicabilidade para um grupo educacional específico. A verdade é que os estudantes do Programa são compostos por adolescentes, adultos e idosos que não conseguiram completar o processo de alfabetização na época certa e que buscam resgatar o tempo perdido e, desta forma dominarem as técnicas de leitura e escrita. O Estado deve buscar formular e implantar políticas públicas que favoreçam a inclusão e a permanência. Nesse sentido analisamos a estrutura do Programa Paulo Freire, enquanto modelo de Programa de alfabetização. Em um primeiro momento, destacamos as leis que criaram e que normatizam o Programa e as funções que cada elemento exerce na estrutura. Destacamos que o modelo administrativo é fundamentado em uma rede social de cooperação, na qual os educadores sociais exercem suas funções de forma voluntária e que os poderes municipais, estaduais e o Federal também possuem papéis específicos na rede e na forma como colaboram. Em um segundo momento, analisamos a proposta pedagógica do Programa destacando o processo de letramento na construção da cidadania. O Projeto Pedagógico é voltado para a valorização da realidade social dos estudantes e de um processo de construção do conhecimento que contemple a leitura significativa do mundo. O aprender para o resgate da cidadania. No terceiro e último momento analisamos a relação entre os professores e os estudantes dentro do Programa. Ressaltamos que o trabalho do educador é voluntário e que compete ao mesmo buscar o aluno na sua comunidade estabelecendo um compromisso social que se fundamenta na ética. Por fim, buscamos compreender o Programa Paulo Freire como um modelo de política pública de resgate social.

Palavras-chave: Estado. Currículo. Humanização.

ABSTRACT

This research seeks to understand the importance of the Programa Paulo Freire Pernambuco Escolarizado [Paulo Freire Program Pernambuco Schooled] in the eradication of illiteracy in Pernambuco. It seeks to analyze the pedagogical proposals and its applicability for a specific educational group. The truth is that the group is made up of adolescents, adults and elderly who have not completed the process of literacy training within the right time and are seeking to recover the lost time and, in this way, dominate the reading and writing techniques. The State should seek to formulate and implant public policies which favor inclusion and permanence. In this sense we analyzed the structure of the Paulo Freire Program as a model of Literacy Training Program. At the first moment we point out the laws which created and regularized the Program and functions which each element carries out in the structure. We highlight that the administrative model is founded on a social network of cooperation in which the social educators carry out their tasks as volunteers and the municipal, state and Federal powers also have specific roles in the network in the way they collaborate. In the second moment, we analyzed the pedagogical proposal of the Program highlighting the process of literacy training in the construction of citizenship. The Pedagogical Project is aimed at giving value to the social reality of the students and at a process of construction of knowledge which contemplates a meaningful reading of the world. Learning in order to recover citizenship. In the third moment we analyzed the relation between the teachers and the students within the Program. We reiterate that the work of the educator is done voluntarily and it is up to the teacher to seek out the students in the teacher's community establishing a social commitment which is founded on ethics. Finally we seek to understand the Paulo Freire Program as a model of public policy for social recovery.

Keywords: State. Curriculum. Humanization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O PROGRAMA PAULO FREIRE – PERNAMBUCO ESCOLARIZADO.....	21
1.1 A Rede Social	27
1.2 Vencendo desafios.....	35
2 UMA ANÁLISE EM RELAÇÃO Á CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO ESPECÍFICO.....	41
2.1 Compreendendo o Currículo do Programa Paulo Freire.....	45
2.2 O letramento no contexto do Programa Paulo Freire.....	54
3 A IMPORTÂNCIA DO COMPROMETIMENTO DO PROFESSOR NO CONTEXTO DO PROGRAMA.....	61
3.1 Reconhecer o papel de cuidador do professor no contexto do programa exige múltiplas ações	66
3.2 O papel do professor cuidador para que o passado não desestimele o presente	74
CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS.....	83

INTRODUÇÃO

Abordar a análise de uma proposta de política pública voltada para jovens e adultos não alfabetizados requer tecer comentários sobre uma série de considerações e aspectos pertinentes a esse grupo de estudantes. Compreender a importância do voluntariado numa perspectiva humanística de quem pretende, num gesto de solidariedade, contribuir para a formação cidadã do próximo. O Programa Paulo Freire desenvolvido no estado de Pernambuco se originou do Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal. Mesmo recebendo parte dos seus recursos do governo federal o Programa Paulo Freire optou por desenvolver a sua proposta pedagógica de maneira autônoma por respeitar as particularidades de seus alunos.

Segundo o estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE e divulgado em 2010, o estado de Pernambuco encontra-se entre os dez piores no índice de analfabetismo. O estado de Pernambuco, segundo o censo, ocupa a oitava colocação com uma taxa de 16,73% no ranking entre os membros federativos. Conforme os dados o Nordeste é a região que mais concentra pessoas que não sabem ler nem escrever, enquanto o Distrito Federal, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo apresentam as menores taxas. O resultado aponta que o desafio do Poder Público em Pernambuco é enorme e que se torna urgente a adoção de medidas eficazes para combater e diminuir as taxas até que o analfabetismo seja definitivamente erradicado.

Segundo o Censo de 2010, a taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de sessenta anos de cor amarela corresponde a 64,5% do total desse grupo do estado de Pernambuco. Enquanto o total de pessoas negras com mais de sessenta anos apresenta uma taxa de analfabetismo de 74,2% e entre os brancos com mais de sessenta anos essa taxa representa 43,5%. Esse dado nos leva a observar que o número de analfabetos entre pessoas com mais de sessenta anos é elevado independente da raça. Desta forma, se constitui num problema social que precisa ser solucionado.

A leitura e análise desses dados nos permite compreender que o trabalho a ser desenvolvido para combater o analfabetismo é complexo. Algumas considerações devem ser observadas para que possamos compreender o elevado número de idosos que não sabem ler nem escrever. A falta de escolas nas

comunidades, a distância entre as residências e o local de estudar, a necessidade de trabalhar para sustentar a família e o aspecto pedagógico que não era atrativo aos estudantes.

Esses números nos permitem compreender a importância do Programa Paulo Freire. Esses cidadãos se encontram espalhados por todos os municípios e estão silenciados pelo sistema. A quantidade de pessoas analfabetas somente é revelada em períodos de censo, na qual o Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico, o IBGE coloca seus recenseadores nas ruas para coletar as informações. Diante dessas informações o poder público no estado de Pernambuco percebeu que precisava adotar uma medida de impacto no processo de transformação social. Desta forma, segundo as normas do Programa são os alfabetizadores dentro da sua comunidade que devem buscar encontrar pessoas para inscrever no Programa. No aspecto administrativo a solução encontrada foi a coleta desses estudantes e o cadastro das turmas. Porém, o método pedagógico é outro instrumento crucial nessa empreitada de combate ao analfabetismo, considerando que não basta apenas buscar números é preciso alfabetizar um grupo de estudantes com necessidades e objetivos específicos.

Sob esse paradigma a alfabetização de jovens e adultos representa uma nova oportunidade de acesso aos saberes escolares. O Programa precisa estar preparado com novas metodologias e novos conteúdos. Esse é o grande desafio do pensamento escolar no contexto da atualidade. Surge a necessidade de se elaborar um novo modelo pedagógico, novas atividades. Enfim, uma nova proposta curricular para que se adaptem os conteúdos aos saberes dos educandos. Objetivando-se como proposta o diálogo entre os saberes e conhecimentos próprios, os modos de se ver, de viver e de compreender a realidade. A construção e apropriação de novos conhecimentos implicam numa relação dialética entre os educandos e os educadores: “aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem a abertura aos riscos e a aventura do espírito”.¹

A educação é um direito inalienável dos cidadãos sendo esse um serviço social, democrático e de direito que deve gerar condições de acesso e permanência aos cidadãos que a procuram. Pensar em educação de qualidade para a educação de jovens e adultos requer buscar a construção de um currículo que priorize as

¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 77.

especificidades desse grupo social. Não devemos considerar que conteúdos estruturados e hierarquizados responderam às indagações e necessidades de pessoas com maior experiência de vida do que o público infantil.

A proposta do programa Paulo Freire é pautada numa matriz curricular com o seu eixo integrador e os complexos temáticos. Essa estrutura busca compreender que o letramento é um processo de aquisição de conhecimento sobre os códigos de forma significativa e que valorize a realidade social do aluno. Sendo essa proposta o elemento que dá ao programa a sua identidade e o seu espaço entre os programas que existem.

O que pretendemos compreender é que a educação precisa encontrar um terreno propício para o crescimento humano. Este processo não pode ser sustentado em situações fundamentadas na falta de oportunidades. O cidadão precisa do seu emprego para ter a renda necessária e prover as necessidades alimentares de seu lar, precisa ter uma moradia digna e adequada para os seus entes, precisa saber buscar os seus direitos sociais e políticos. Enfim, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes é necessário a construção de uma proposta curricular que contribua para a inserção do estudante no mundo do trabalho e para o desenvolvimento de sua plena cidadania.

O Programa Paulo Freire Pernambuco foi criado com o objetivo de erradicar o analfabetismo no estado. Nesse aspecto, para cumprir a sua missão social precisa garantir a presença do educador no espaço aula, pois o trabalho é voluntário e desvinculado da educação formal. Nessa concepção as aulas ocorrem em múltiplos espaços desde que apresentem condições para essa finalidade: salas, garagens, cozinhas, terraços ou na própria escola, sendo independente dos projetos desta. Cabe aos municípios realizar o cadastramento dos estudantes e apoio pedagógico, ao governo do Estado promover o cadastramento dos educadores sociais e a realização de cursos de formação inicial e de formação continuada além de distribuição de materiais pedagógicos e gêneros para merenda e ao governo Federal compete o pagamento das bolsas e aquisição do material pedagógico.

Não é suficiente observar as questões administrativas e burocráticas do Programa Paulo Freire. Portanto, deve ser compreendido como a união do administrativo com o pedagógico. Devemos observar as características dos estudantes que estão no processo de letramento. O fato é que as relações que se desenvolvem entre os educadores e seus alunos da educação de jovens e adultos

em muito difere das relações que esse mesmo educador terá se lecionar em turmas do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio.

No Ensino Fundamental, a relação se estabelece por métodos que buscam contemplar o imaginário infantil e juvenil este se encontra repleto de situações imaginárias. No Ensino Médio encontramos jovens que buscam no estudo acesso à faculdade ou simplesmente o término de sua jornada escolar.

Na educação de jovens e adultos, mais especificamente na alfabetização dos mesmos, o professor deve pautar seus métodos no resgate da cidadania e da dignidade que muitos perderam por não saberem ler e esconderem que esse fato os angustia: “Emoções não têm vez, muito menos deslizem. Supomos que os outros morreriam de espanto se vissem o lado inferior mole de nossa vida. Por isso lhes mostramos tão somente a superfície, a fachada”.²

Por isso, a proposta curricular é o ponto fundamental para o êxito do Programa. Desta forma, se ela não atender às necessidades dos estudantes não encontrará legitimidade e acabará por contribuir para o aumento das taxas de evasão escolar nessa etapa de ensino.

O foco da aprendizagem em qualquer programa ou modalidade de ensino é sempre o estudante. No entanto, o condutor do processo é o professor e a professora. No caso específico da alfabetização de jovens e adultos cabe a quem conduz as aulas compreender a realidade social dos seus estudantes e estar disposto a buscar temas que favoreçam o despertar do interesse do educando, e que este se predisponha a ouvir: “Ouvimos melhor sempre que precisamos compreender assunto de interesse, sempre que a nossa curiosidade for despertada ou alguém se referir a qualquer assunto que nos afete pessoalmente”.³

O que afirmamos é que em um programa social de caráter voluntário são as práticas humanas que garantem o efetivo aprendizado. Na escola formal é possível que se estabeleça uma relação pautada na impessoalidade. Não sendo essa realidade condizente com uma ação informal e humanizada. São as ações dos educadores unidas à proposta curricular do programa que garantiram o alcance do principal objetivo que é o estudante adquirir as competências e habilidades da leitura e da escrita.

² MULLER, Harry. *Relacionamentos em Ação*. Tradução de Werner Fuchs. Curitiba: Esperança, 2000. p. 99.

³ ALEXANDRE, Darbí José. *Educar um ato de amor*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2001. p. 59.

A realidade social dos estudantes que possuem o perfil do Programa Paulo Freire compreende um público com baixo poder aquisitivo e que buscam na educação um espaço para o seu crescimento social e profissional. Portanto, o que o Estado busca ao elaborar políticas públicas que visam corrigir distorções econômicas históricas é propor que o estudante termine o processo de letramento. Que seja capaz de atuar efetivamente em sua sociedade e que consiga desenvolver suas atividades profissionais mais efetivamente.

No mundo do trabalho, a falta de domínio da habilidade da leitura e da escrita é que dificulta a vida e a realização das atividades rotineiras dos alunos que integram o programa Paulo Freire. O trabalhador precisa, em muitos casos, saber ler para compreender as suas funções e as atividades que lhe são destinadas. Ele precisa saber compreender o que de fato é seu dever para não ser explorado pelo empregador. Em muitos casos, a baixa autoestima e o medo de perder seu posto faz com que o funcionário se submeta a tudo o que lhe é imposto. O medo de ser avaliado. “Todo ser humano deve sempre estar atento quanto ao seu desempenho perante o trabalho que lhe é proposto. Todos nós gostamos de garantir uma auto-imagem positiva, de ver elevado e satisfeito o nosso ‘eu’”.⁴

Por fim, contemplar e compreender o programa Paulo Freire consiste em uma análise de uma proposta de política pública que visa resgatar a cidadania de um grupo de pessoas que por muito tempo foram ignoradas pelo Estado. Compreendendo que o que legitima o programa Paulo Freire é sua proposta curricular específica e o trabalho voluntário desenvolvido em uma rede educacional.

⁴ ALEXANDRE, 2001, p. 125.

1 O PROGRAMA PAULO FREIRE – PERNAMBUCO ESCOLARIZADO

Buscar erradicar o analfabetismo em nosso país constitui ainda um desafio para os governantes brasileiros em pleno século XXI. Inúmeras estratégias de ensino formal foram instituídas passando das turmas do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL até a criação e aberturas de turmas para a Educação de Jovens e Adultos, a EJA. No sentido de alfabetização encontramos as fases I e II dos anos iniciais. No entanto, o processo não se consolidou nessas modalidades, pois é preciso desenvolver a cidadania através da leitura e criar mecanismos para que os homens e mulheres em processo de alfabetização compreendam a sociedade em que estão inseridos.

O que se se pretende é criar um instrumento que leve o processo educativo a toda as regiões e contemple as camadas menos favorecidas da sociedade. Essa perspectiva de se realizar um projeto educativo que busque democratizar o acesso a todas as camadas das populações encontra-se no seio da chamada educação popular: “originalmente a educação popular refere-se ao esforço ou à intenção de estender a escolarização a todas as camadas da sociedade”.⁵

A educação deve buscar inserir os cidadãos em uma perspectiva de compreender os seus direitos e exercê-los plenamente e o que busca os governos ao desenvolverem políticas públicas para essa clientela específica: “Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais”.⁶

Não basta alfabetizar, é dever do Estado promover meios para que os estudantes, ao terminarem o processo de alfabetização, tenham condições de ingressar em cursos sequenciais da educação voltada para sua faixa etária. Nesse sentido encontraram alguns projetos que foram elaborados com a intenção de acelerar o aprendizado e garantir a qualidade de ensino. Vejamos: o Projeto Chapéu de Palha; o Projeto Travessia para o Ensino fundamental e para o Ensino Médio; o Projovem Urbano e o Projovem Rural são exemplos de tentativas do governo em oferecer oportunidades.

⁵ STRECK, Danilo R. *Correntes Pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*, Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Celadec, 2005. p. 67.

⁶ GOHN, Maria da Glória. *Educação Não Formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*, São Paulo: Cortez, 2010. p. 19.

Nessa perspectiva de promover um projeto voltado para combater o analfabetismo em nosso país foi criado o Programa Brasil – Alfabetizado – MEC/SECADI visando combater o analfabetismo e assegurar a continuidade dos estudos na rede básica de aprendizagem. Compreenda-se que esse projeto foi desenvolvido em nível federal e buscava erradicar o número de analfabetos em nosso país num período determinado de tempo, desta forma assume um caráter transitório o que não o estabelece em nível de modalidade de ensino, pois essa se caracteriza pela permanência.

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado pelo Governo Federal em 2003 por publicações em seu Diário Oficial e estabelecimento de regras e medidas específicas. Observa-se que se constitui em um Programa de parceria de forma estruturada e hierárquica com compartilhamento de funções entre Estados e municípios respectivamente na ordem hierárquica. Os Estados federados devem aderir ao programa através de manifestação por escrito e comprometimento em repassar para os municípios as informações e conseqüentemente o cadastro.

O Programa Brasil Alfabetizado prevê a promoção da Seguridade social, através de projetos menores de caráter social e que assegurem ao estudante o direito à rede oftalmológica, a obtenção dos documentos fundamentais para o exercício da cidadania, como o Registro Geral (R.G), o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o Título de Eleitor e outros documentos fundamentais.

O que observamos é que o Programa Paulo Freire busca valorizar e captar as massas de cidadãos que não tiveram acesso à educação e por razões de distâncias e entraves econômicos não consegue frequentar os bancos escolares. A educação para esse grupo não deve ser fundamentada na estrutura tradicional, pois o que o Estado pretende é compreender a realidade social de grupos distintos e analisar o seu contexto para a aplicação de medidas eficazes: “Toda mudança social que a escola não pode seguir a reproduzir por si só está aí, nos entes sociais do entorno com os quais terá de aprender a trabalhar em redes de cooperação e estrutura e duração viável”.⁷

A ideia inicial do Programa Paulo Freire é buscar atender cidadãos que se encontram em área isoladas e de difícil acesso ou simplesmente aqueles estudantes que frequentaram a escola regular e essa não satisfaz as suas necessidades

⁷ ENQUITA, Mariano F. Centros, redes, projetos. In: *Caderno de Pesquisas. Pensamento Educacional*. Curitiba: PPGC Universidade Tuiti, UTP, v. 4, n. 7, p. 23-39, 2009.

contribuindo para que os mesmos evadissem. Por isso, salientamos que o problema da evasão nas turmas de educação de jovens e adultos foi um dos aspectos observados pelo Governo Federal na implantação do Programa. Pois a desistência desses alunos na rede regular de ensino causava um prejuízo financeiro muito grande aos cofres municipais, uma vez que esse é o Ente Federado responsável pela educação inicial de Jovens e Adultos.

A clientela específica do programa se constitui em Jovens e Adultos que não são alfabetizados e encontram-se em situação de vulnerabilidade social e principalmente em áreas de difícil acesso. O Governo Federal percebeu que os municípios estavam encontrando enormes dificuldades para estabelecer um projeto educacional para combater o analfabetismo em situações complexas.

A zona rural, por exemplo, apresenta um reduzido número de habitantes e, deste número, uma parcela muito pequena não teve acesso ao processo de alfabetização. Desta forma não seria viável ao município criar uma escola ou mesmo grupos escolares para determinadas ações, pois quando esses cidadãos estivessem alfabetizados a estrutura montada não teria mais sentido de existir. Em outros casos em uma mesma zona rural encontramos inúmeras vilas e grandes distâncias entre elas. Desta forma, a construção e criação de uma escola significaria um esforço inútil se não fosse assegurado o transporte escolar.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) abriu um caminho legal para que se fossem ofertadas modalidades de ensino em espaços não formais, ou seja aqueles espaços que não necessariamente precisariam se encontrar dentro de prédios oficiais. A educação ganha uma visão mais ampla da sua funcionalidade: “Processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e de pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.⁸

Essa compreensão que a educação não deve ser restringida ao processo convencional e muito bem exposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação permitiu ao Governo Federal compreender a educação como um processo que se constitui de diferentes formas. Desta forma, o Programa Brasil Alfabetizado foi criado pelo Governo federal arcando esse com a maior parte dos recursos financeiros

⁸ art. 1º, LDBEN, 1996

indispensáveis para a sua realização e busca contemplar uma clientela formada de cidadãos com 15 anos ou mais. Essa visão do papel do Estado na elaboração de políticas públicas no campo da educação para o combate ao analfabetismo busca analisar o Programa Brasil alfabetizado compreendendo a sua justificativa legal e sua importância pedagógica nesse campo específico. O referido programa foi criado a nível nacional e o que buscamos até o momento é analisar a visão geral da proposta para posteriormente apresentarmos o seu desdobramento em nível do estado de Pernambuco.

O Governo Federal permitiu que os estados ao aderirem ao projeto tenham autonomia para criarem sua proposta pedagógica respeitando suas peculiaridades locais e sua estrutura física e econômica. Os estados possuem a liberdade para organizarem sua proposta pedagógica de acordo com sua compreensão da realidade. Devem organizar suas secretarias para fiscalizarem e apoiarem o processo burocrático aliado ao desenvolvimento das metodologias pedagógicas e devem realizar cadastros de professores voluntários, bem como dinamizar o cadastro dos cidadãos que apresentam o perfil legal para o projeto.

Em Pernambuco, o projeto recebeu o nome de Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado e preservou os aspectos fundamentais do Programa Brasil Alfabetizado: atendimento a cidadãos com quinze anos ou mais, garantia de continuidade dos estudos na rede regular de ensino, seguridade social entre outros. O Programa Paulo Freire se organizou de maneira a respeitar as diversidades regionais presentes em Pernambuco. As taxas de analfabetismo em Pernambuco são altas e as realidades sociais são distintas. Promover uma educação que diminua o analfabetismo e que valorize a cultura local objetivando promover um aprendizado significativo entre as diversas regiões do estado se constitui em um grande desafio para os próximos anos.

A primeira edição do Programa foi desenvolvida para o triênio de 2009 até 2011, pois qualquer modelo pedagógico que apresente objetivos ao longo prazo, precisa de um tempo para ser analisado e visualizado os avanços e as possíveis mudanças e adequações. A análise consiste em uma busca nos objetivos traçados e na plena tentativa de resolução dos mesmos.

Na primeira edição o Programa Paulo Freire dentro do estado realizou o cadastro de cento e setenta e oito municípios que aderiram ao programa e firmou parceria com trinta e uma Instituições para garantir o regime de colaboração. Nessa

mesma edição ocorreu formações para seis mil voluntários. Os professores que lecionam no Programa assinam um termo de adesão de trabalho voluntário, não caracterizando um vínculo empregatício. Precisam participar de um processo de formação inicial com o objetivo de compreender a proposta pedagógica do programa. A participação nas formações é obrigatória e compreendem requisito básico para que se possa lecionar. Nesse aspecto, a educação popular encontra seu desafio: “no trabalho da educação popular constata-se uma grande rotatividade de educadores, o que não por último tem a ver com a pouca valorização e reconhecimento do trabalho”.⁹

Ao abrir seleção simplificada para professores e professoras, respeitando os locais que esses profissionais moram, bem como a relação de conhecimento e pertencimento que os mesmos têm com a comunidade, o Estado busca um processo educativo que procure a continuidade e a valorização da cultura local. O professor voluntário do Programa Paulo Freire reside na comunidade, na qual se forma a turma e, desta forma, compreende a cultura local o que se refletirá na sua prática pedagógica. Não pretendemos afirmar que outros profissionais que venham a ministrar aulas nessas comunidades e para público do projeto não sejam capazes de desenvolver um bom trabalho, porém terá um árduo caminho a percorrer.

Nesta primeira edição o programa contou com o cadastramento de trezentos e oitenta mil alfabetizandos, destes, cento e cinquenta mil receberam o certificado de conclusão do curso. Uma análise desses dados nos permitem afirmar que o número de analfabetos no estado de Pernambuco encontra-se elevado e que o número de alunos que foram alfabetizados não chegou a 50% dos alunos que iniciaram o curso.

A segunda edição do Projeto Paulo Freire compreendeu o triênio entre o ano de 2012 e o ano de 2014. Para esse período o projeto apresenta objetivos mais ambiciosos como a formação para 10000 voluntários, cadastramento de 500000 alunos, certificação para 300000 concluintes, integração dos concluintes a educação básica e integração dos concluintes ao mundo do trabalho.

O desafio que se apresenta ao Programa Paulo Freire – Pernambuco escolarizado se fundamenta nas contradições de que o esforço feito num período deve ser ampliado no ano seguinte. É como se houvesse uma grande rotatividade de pessoas que não aprenderam a ler e a escrever e que buscam sempre um

⁹ STRECK, 2005, p. 79.

cantinho da escola. A sensação que temos é de que o número de pessoas não alfabetizadas em vez de diminuir acaba aumentando.

Mas o que se deve observar é que o número de pessoas não alfabetizadas estava silenciada em várias regiões do estado. Inúmeras pessoas já haviam se acostumado com a condição de olhar o mundo e não conseguir compreendê-lo através da leitura. Eram pessoas que estavam em diversas partes e que não se encontravam nas estatísticas oficiais. Porém, o sentimento de compreensão do mundo é nato ao ser humano, a vontade de crescer e de compreender se solidifica com os anseios e às aspirações: “educação tem a ver com a medida que damos a homens e mulheres, tem a ver com os sonhos que alimentamos em relação à sociedade”.¹⁰

A educação comunitária que se fundamenta na captação de alunos por via de cadastramento e recrutamento de voluntários fez com que esse mutirão de solidariedade despertasse nas mais remotas regiões o anseio de voltar a estudar e de conquistar novos espaços. Desta forma, as pessoas foram saindo do anonimato ampliando o número de pessoas que se cadastram anualmente no projeto em vez de reduzi-lo.

O nosso objetivo é compreender que o analfabetismo é um problema real no Brasil e analisar a proposta do Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado como medida para solucionar essa questão social, que se apresenta como um suporte para a análise da desigualdade em nosso país: as propostas públicas no campo da educação, a elaboração de currículos para a camada de jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ao processo educativo no momento correto. Essa visão será perpassada por um processo de compreensão que não se restringirá apenas ao programa, mas a toda problemática envolvida nas práticas de educação comunitária e na Pedagogia da Esperança.

O Governo do estado de Pernambuco ao elaborar o Projeto Paulo Freire procurou criar a estrutura necessária para o seu desenvolvimento e alcance das metas estabelecidas, pois compreende que alfabetizar um grande número de cidadãos em todo o estado, respeitando as particularidades das regiões exige um planejamento integrado e articulado. Desta forma, o projeto é desenvolvido através

¹⁰ STRECK, 2005, p. 09.

de uma rede social de parceria e com uma Proposta Política Pedagógica própria, porém flexível em respeito as características dos municípios.

1.1 A Rede Social

A ideologia que fundamenta as ações do Programa Paulo Freire se fundamenta no trabalho voluntário. No sentimento de que as pessoas movidas por uma ação de ajuda ao próximo doem seu tempo em prol de um processo educativo que busque valorizar as competências dos cidadãos. Tal ideologia se fez presente na educação popular praticada nas igrejas e dentro de suas doutrinas. O campo da teologia sempre foi um local favorável para práticas pedagógicas de caráter social. No entanto, o processo educativo exercido nas instituições religiosas não conseguiu erradicar o analfabetismo em nosso país e especialmente em Pernambuco.

A metodologia utilizada pela Igreja Católica se solidifica em mecanismos rígidos nos seminários e nas escolas de catequese. A ideia de que as pessoas seriam alfabetizadas seguindo instrumentos tradicionais de ensino que não valorizavam as particularidades dos indivíduos não se mostra mais eficaz. A educação para camadas populares deve ser flexível de modo a compreender que nem todos podem seguir o mesmo horário, nem todos os envolvidos no processo apresentam o mesmo ritmo de aprendizado o que requer técnicas diferenciadas de aprendizado.

A metodologia utilizada pela maioria das Igrejas Protestantes se fundamenta na doutrina da prosperidade e na vinculação de dogmas rígidos o que não favorece o processo de educação comunitária, pois essa reside na concepção do diálogo e na valorização das diferenças.

O que se pretende analisar até aqui é a importância da religião no processo educativo dentro das propostas desenvolvidas pelas correntes apresentadas não apresentou avanços no combate ao analfabetismo por causa de influências teológicas específicas, que não contemplam a camada maior dos que precisam. Tornando-se necessário aliar o interesse do processo educativo das camadas populares com o interesse teológico da educação desenvolvidas nas denominações religiosas: “nem a educação cristã dentro de uma visão dominadora de cristandade,

nem a educação popular numa visão política reducionista, mas práticas coincidentes com o mesmo povo e sobre a mesma realidade”.¹¹

A educação cristã sempre esteve presente no processo educativo brasileiro e seus méritos são visíveis em educação nos mais diversos níveis de ensino. O que se pretende compreender é a ação do campo teológico no campo da educação popular. O trabalho com esse grupo específico requer o trabalho em conjunto e cooperativo e a noção de que as múltiplas diferenças desses alunos impedem um processo emancipatório.

Os estudantes na faixa etária compreendida para a educação popular e constituem em indivíduos que, ao abandonarem os estudos ou que não tiveram acesso ao mesmo, não possuem a iniciativa de buscar matrículas em escola regulares ou em iniciativas de denominações religiosas. Esses alunos precisam ser sacudidos e precisam pela valorização se sintam respeitados e busquem o retorno aos estudos. Desta forma, o trabalho em rede do Projeto Paulo Freire buscar solucionar esse entrave no atendimento dos alunos que procuram o processo de alfabetização.

Compreende-se que trabalho voluntário é aquele desenvolvido sem fins lucrativos. Assim, os participantes contribuem com seu trabalho, não buscando receber um salário ao final do mês e sim realizar a sua contribuição para um bem maior que consiste na alfabetização de cidadãos. Apesar de se constituir em trabalho voluntário o Programa Paulo Freire apresenta uma divisão de funções, na qual todos os elementos envolvidos desempenham suas atividades de maneira interligada, formando uma grande rede social de alfabetização.

O público-alvo do Programa é o de jovens e adultos. Essa clientela não permaneceu na rede convencional de educação, pois a carga horária e a estrutura de funcionamento da rede regular não eram compatíveis com as suas necessidades: “trata-se do projeto de uma nova sociedade, que abrange as várias esferas da vida, da pessoal à global, passando pela comunitária e setorial”.¹²

Muitos dos estudantes retornaram à sala de aula buscando aprender, porém as extensas jornadas de trabalho, a necessidade de migrar de um local para o outro em busca de trabalho, a pedagogia tradicional aplicada na rede convencional acabou por desestimulá-los. A evasão na educação de jovens e adultos nas fases

¹¹ STRECK, 2005, p. 85.

¹² STRECK, 2005, p. 75.

iniciais de aprendizagem, fase I (1ª série e 2ª série) e na fase II (3ª série e 4ª série) apresenta um número elevado.

A função da Rede Social no Programa Paulo Freire consiste em combater a evasão escolar. Cada membro que compõe à rede precisa desempenhar seu papel de forma satisfatória de modo a conservar o aluno no programa e contribuindo para que ele conclua o processo de aprendizagem. No caso de um membro da rede não desempenhar seu papel de maneira adequada a probabilidade é que o grupo se desfça e aconteça a evasão escolar. Cada membro precisa ter consciência de seu papel e este é o grande diferencial em um projeto que se propõe a ser voluntário. O termo voluntariado aqui não deve ser confundido com assistencialismo, que pode levar a falta de comprometimento.

A seguir analisaremos as atividades que devem ser desempenhadas pelos membros do projeto. A Rede Social é formada pelo Governo Federal, pela Secretaria Estadual de Educação, pelas secretarias Municipais de Educação, pelas salas de apoio nas Gerências Regionais, pelos Alfabetizadores sociais, pelos coordenadores e coordenadoras de turma e pelos Formadores e Formadoras. O MEC/SECADI é o órgão federal responsável pelo pagamento de bolsas aos professores voluntários, bem como distribuição de livros didáticos. A Secretaria Estadual de Educação deve realizar o processo de cadastramento dos municípios que aderem ao programa, recrutar os alfabetizadores sociais, selecionar os formadores e formadoras, fornecer a merenda além de outras atribuições de logística de organização do projeto. Aos municípios compete assinarem ao termo de adesão ao programa. Uma vez cadastrados os municípios selecionaram os coordenadores municipais que serão responsáveis pelo cadastramento das turmas e envio das informações a coordenação estadual do programa.

Essa divisão de atribuições entre os três níveis da esfera do poder reflete o compromisso de que o Programa Paulo Freire é um exemplo de política pública voltada para a educação de camadas populares. Ao analisarmos a divisão de funções encontraremos alguns aspectos lógicos. A nível federal compete, em um primeiro momento, a divisão de recursos e descentralização das tomadas de decisão. Seria impossível pensar no governo federal administrando e observando o processo em todos os locais do país. A rede estadual de educação compete uma função de coordenação e apoio pedagógico, pois a Secretaria Estadual de Educação já realiza um trabalho pedagógico nas escolas que pertencem a sua jurisdição.

Desta forma, conhece as várias regiões e realidades do estado e os municípios conseguem realizar um trabalho de fiscalização e acompanhamento mais eficaz, pois dentro de um espaço geográfico menor se torna mais fácil controlar.

Essa hierarquia se manifesta na questão organizacional e de distribuição de recursos. Porém, sendo uma ação do governo o seu objetivo é favorecer quem precisa de políticas públicas e que compreende nessa organização a tentativa de realizar um trabalho para essas camadas preservando a participação popular na organização dos grupos, a “educação popular lembra as iniciativas de um povo que resiste, se organiza e aprende, geralmente ao lado ou contra o poder constituído”.¹³

A formação escolar mínima exigida para o alfabetizador e da alfabetizadora social é a de magistério ao nível de Ensino Médio. Compete ao alfabetizador identificar em sua comunidade as pessoas que não foram alfabetizadas e convidá-las a participar do programa. Percebemos, desta forma, uma nova visão de composição de turmas que não segue o tradicionalismo presente nas secretarias das escolas. Pois a ideia do voluntariado exige outra prática mais humanitária, o estudante é convidado a participar refletindo na afetividade e no levantamento da autoestima. “As práticas nestes movimentos conferem à educação popular uma dinâmica própria que exige entre outras coisas, uma revisão do que se entende por conhecimento”.¹⁴

No Programa Paulo Freire as aulas são ministradas em espaços diferenciados, ou seja, o educador ou a educadora é que oferecerá o espaço. Este pode ser uma garagem, a sala da sua própria casa, a sua varanda, ou espaço cedido por um órgão público, à sala de aula de uma escola formal, a sala de aula de uma igreja, tendo em vista que muitas possuem esse espaço, pois ministram aulas de catecismo ou de ensinamentos bíblicos. Portanto, o espaço físico para o funcionamento das turmas é flexível e adaptável às realidades locais esse fato consiste no elemento que diferencia o Programa da escola formal.

O que se percebe é que a flexibilidade em relação ao espaço onde serão ministradas as aulas permite que o Programa Paulo Freire chegue a todos os locais do estado, por mais remota que sejam as comunidades. Enquanto isso, a escola formal se restringe a áreas mais habitadas, onde o mais importante é a quantidade

¹³ STRECK, 2005, p. 68.

¹⁴ STRECK, 2005, p. 74.

de pessoas que podem ser atendidas. O Programa Paulo Freire vai em busca dos estudantes e futuros cidadãos esteja ele onde estiverem.

O alfabetizador define o local que ministrará suas aulas. Porém, o número mínimo de alunos que cada um deverá ter, bem como a carga horária mínima que deverá ser ministrada semanalmente é determinada pela secretaria do programa. Na zona rural é necessária a quantidade mínima de sete alunos para o funcionamento da turma e a quantidade máxima é de vinte e cinco alunos. Na zona urbana a quantidade mínima passa a ser de quinze alunos e a quantidade máxima permanece a mesma.

Essa diferenciação entre a zona rural e a zona urbana em relação ao número de estudantes matriculados considera e respeita as diferenças entre as regiões. Na zona rural o número de habitantes é menor e a migração das pessoas também é pequena. Na zona urbana temos um contingente maior de habitantes e conseqüentemente existe a possibilidade desse atendimento ser estendido, além de que muitas pessoas se deslocam para as cidades durante o ano.

Apesar de ser um trabalho voluntário o Governo Federal através do Ministério da Educação concede bolsa auxílio aos alfabetizadores. Essas bolsas não têm caráter de salário nem buscam suprir necessidades pessoais. As bolsas pagas buscam ajudar o alfabetizador a investir em sua formação investindo em livros e outros materiais. Atualmente a bolsa paga a um alfabetizador com apenas uma turma é de R\$400,00 se a turma se encontrar no campo ou na cidade e R\$500,00 se a turma se encontrar em área de segurança como os espaços carcerários e os espaços de medidas socioeducativas. A bolsa de maior valor paga é de R\$800,00 paga ao alfabetizador-coordenador que atue auxiliando de cinco a nove turmas ativas, sendo pelo menos duas formadas por população carcerária ou por jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A valorização do alfabetizador com o pagamento de bolsas que contemplam o investimento em seus estudos representa um aspecto positivo do Programa. Em relação à parte pedagógica compete ao alfabetizador aplicar avaliações de caráter exploratório, são os chamados testes de entrada e de saída. Os testes de entrada são atividades constantes em um caderno e o seu principal objetivo é diagnosticar o nível de aprendizado que o aluno possui e se realmente ele apresenta o perfil do projeto, ou seja, de pessoa não alfabetizada. Os testes de entrada devem ser aplicados na segunda semana de aula. A aplicação nesse prazo se justifica pois, os

resultados servirão de base para o planejamento das aulas. Os testes de saída devem ser aplicados no período de dez dias anteriores ao período letivo. Salientamos que o período letivo é de oito meses. O objetivo dos testes de saída é constatar se o estudante desenvolveu as habilidades e competências pelo Programa e se o mesmo pode receber o certificado de conclusão.

Para cada grupo de sete alfabetizadores e alfabetizadoras sociais o programa disponibilizará um coordenador de turma para auxiliar na prática pedagógica. Compreendendo este uma figura central no auxílio do professor em sua atividade didática.

O coordenador ou a coordenadora de turma deverá ter formação superior preferencialmente em pedagogia. Sua função consiste em dar apoio ao alfabetizador realizando reuniões semanais de no mínimo duas horas para acompanhar o processo de aprendizagem da turma. O processo de ensino e aprendizagem é uma relação humana repleta de emoções. Muitas vezes o professor prepara a sua aula planejando de acordo com o perfil de sua turma e, no entanto, não consegue que ele desenvolva as habilidades propostas. Apesar do professor ter consciência de que o conteúdo e as atividades desenvolvidas se encontrarem dentro do perfil da turma e que os alunos possuíam condições de realizá-las o resultado alcançado não foi o esperado.

Essa relação pedagógica entre o professor e o aluno exige inúmeros contextos a serem observados. Muitas vezes o planejamento prevê o conteúdo e as atividades de acordo com o que de fato foi desenvolvido. Porém, ao colocar em prática o que havia sido planejado a metodologia utilizada não conseguiu apoiar o andamento das aulas e os alunos não foram capazes de assimilar o conteúdo que foi ministrado.

Nesse momento a figura do coordenador e da coordenadora se faz importante, pois o professor ao realizar o planejamento acredita que ele é suficiente para sanar as dúvidas e não conseguem encontrar outro caminho para desenvolver o seu trabalho. Ao coordenado cabe observar a metodologia utilizada e acompanhado do professor definir novas estratégias. Essa é uma relação de diálogo que busca através de experiências e vivências múltiplas encontrar novos métodos que levem ao mesmo fim o desenvolvimento das competências.

O coordenador e a coordenadora desempenham um papel muito importante na rede social, uma vez que ele é o elemento que orienta e que auxilia no

desempenho de propostas inovadoras no processo de alfabetização. Ou seja, ele é a figura que pode orientar o alfabetizador a mudar sua metodologia de trabalho, não simplesmente impondo regras, mas apresentando propostas e soluções. Muitas vezes o alfabetizador munido de boas intenções não consegue fazer com que alguns alunos de sua turma progridam e o orientador pode sugerir e apresentar técnicas diferenciadas. Quando o coordenador observa que a evasão da turma aumentou ele deve ir acompanhado do alfabetizador, perguntar a esse aluno porque ele não está frequentando as aulas. O coordenador também só poderá iniciar suas atividades se participar do processo de formação.

Outra atribuição do coordenador é a ponte entre a coordenação regional e os alfabetizadores. Compete a ele buscar os materiais didáticos na regional, bem como os testes de entrada e de saída, as fichas de frequências, as fichas de perfil e aproveitamento dos conhecimentos entre outros.

Existem no Programa algumas fichas fundamentais que se referem diretamente ao aluno. A ficha de frequência para acompanhar o comparecimento dos alunos essa ficha deve ser encaminhada mensalmente e a não entrega dela resultará na retenção da bolsa, não somente daquele alfabetizador que não cumpriu o prazo mais de todos que fazem parte de sua regional. A ficha descritiva é enviada trimestralmente.

Um dos conceitos de rede reside nessa perspectiva burocrática do envio das fichas. O alfabetizador deve entregar mensalmente ao coordenador a ficha de frequência e bimestralmente a ficha descritiva. O coordenador repassa ao setor do Programa Paulo Freire na Gerência regional de Educação que repassa a Secretaria Estadual de Educação que alimenta no site do MEC essas informações. Por isso, para que o processo realmente funcione os membros envolvidos devem cumprir os prazos estabelecidos. Quando um membro não realiza sua parte no prazo estabelecido a rede se rompe e pode prejudicar todo o grupo com o atraso do pagamento das bolsas.

Na questão pedagógica o conceito de rede se estabelece na transmissão dos valores e metas do voluntário. O formador deve repassar aos coordenadores no momento da formação inicial de coordenadores todos os aspectos pedagógicos do Programa Paulo Freire, onde teremos oportunidade de compreender mais adiante e os coordenadores seguem com os alfabetizadores explicando e orientando o processo nas formações continuadas. Da mesma forma, os formadores realizam a

formação inicial com os alfabetizadores explicando a Proposta Política Pedagógica do Programa e a metodologia de trabalho. Quando essas formações são realizadas de maneira deficitária ou simplesmente não ocorrem percebemos que todo o processo de alfabetização fica comprometido. Quando um dos elementos da rede não realiza de maneira condizente sua parte os maiores prejudicados serão os estudantes.

A carga horária da formação inicial tanto para coordenadores e coordenadora quanto para alfabetizadores e alfabetizadoras é de quarenta horas e pode ser desenvolvida em espaços como hotéis, escolas numa perspectiva de oito horas em cinco encontros. E a formação continuada entre coordenadores e alfabetizadores constará de sessenta e quatro horas distribuídas ao longo dos 8 meses de duração do curso.

O conceito de rede busca alertar aos envolvidos no processo que existe ali naquela relação pedagógica, que se estabelece um compromisso com a educação. Compromisso esse que se reflete nas ações em conjunto que derivam da busca de formação de cidadãos. Esse processo independe de espaço físico e de estruturas de trabalho formal. A educação se constrói em um espaço de cumplicidade e responsabilidade.

Os professores têm o dever de dar suas aulas, de realizar suas tarefas docentes. Para isso precisam de condições [...], sem as quais se movem menos eficazmente no espaço pedagógico. Às vezes, as condições são de tais maneiras perversas que nem se movem. O desrespeito a esse espaço é uma ofensa aos educandos e educadores e à prática pedagógica [...] é incrível que não imaginemos a significação do “discurso” formador que faz uma escola respeitada em seu espaço. A eloquência do discurso “pronunciado” não é pela limpeza do chão, na boniteza das salas, na higiene dos sanitários, nas flores que adornam. Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço.¹⁵

A educação é uma relação de afetividade que se apresenta independente do espaço utilizado e do senso de fiscalização. Torna-se necessário que o compromisso com a educação deve partir de todos os membros que compõe o Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado.

¹⁵ FREIRE, 2007, p. 45-46.

1.2 Vencendo desafios

A pesquisa realizada no ano de 2007¹⁶ apresentou em relação ao analfabetismo os seguintes resultados:

- A média nacional da taxa de analfabetismo é de 9,9%;
- Todos os estados da região nordeste apresentam uma taxa de analfabetismo maior do que a média nacional. O estado de Alagoas que apresenta a maior taxa de 25,1% e o estado de Sergipe apresenta a menor taxa de analfabetismo nordestina com 16,8%;
- O estado de Pernambuco apresenta uma taxa de 18,5% de analfabetos;
- Em números absolutos temos no estado de Pernambuco 1.100.000 analfabetos.

A história econômica do Brasil é marcada pela presença de grandes ciclos econômicos. Esse fenômeno beneficiou a camada dominante, seja ela pertencente à Coroa Portuguesa ou pertencente à oligarquia brasileira, trouxe inúmeros reflexos negativos para a sociedade. Nesse momento iremos nos ater a quatro grandes ciclos o do Pau-brasil, o da Cana-de-açúcar, o do Ouro e o do Café. Pois uma análise das transformações sociais e das relações da sociedade nesses espaços da história brasileira nos permitem compreender o grande abismo social que se estabeleceu entre as camadas privilegiadas e as camadas populares, além de tentar entender o que levou a região nordeste a apresentar taxas tão elevadas de analfabetismo.

O primeiro grande ciclo que presenciamos foi o do Pau-brasil. Essa madeira tinha grande valor comercial na Europa em um momento que a economia se fundamentava no mercantilismo e no princípio da acumulação de metais preciosos. Responder a essa demanda econômica contribuiu para que Portugal desenvolvesse um processo exploratório de madeira em toda a extensão da costa brasileira. A exploração foi tão predatória que quase levou à extinção o Pau-brasil.

Em uma análise simplista observamos que o ciclo do Pau-brasil não contribuiu para a fixação dos portugueses em nosso território e que a comunidade indígena em parte não foi atingida no que concerne aos seus conceitos culturais.

¹⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE.

Nesse momento o que importava para a Coroa Portuguesa era encontrar no vasto território brasileiro uma fonte de renda que gerasse lucro e contribuísse para a sua acumulação de capital. Não havia o interesse de se realizar o povoamento do território. Desta forma, a estrutura montada se fundamentou na construção de algumas feitorias para o armazenamento da madeira ao longo do litoral e do surgimento de algumas vilas para dar um mínimo de estrutura para os portugueses que aqui ficavam, nos períodos de chegada e saída dos navios.

Os indígenas tiveram papel importante nesse momento como mão-de-obra braçal para o corte e transporte da madeira. A relação que se estabeleceu foi o escambo e os indígenas recebiam alguns presentes e objetos de pouco valor. Em troca realizava os trabalhos solicitados. Vale salientar que o modo de vida dos indígenas era bastante simples, assim como suas relações de parentesco e divisão do trabalho: “Para alguns povos indígenas, como os Mundurukú, Guarani e Yawalapití, por exemplo, mesmo construídas pelos, a casa é um espaço essencialmente feminista, onde as mulheres exercem o seu poder e têm domínio absoluto”.¹⁷

Portanto, uma vez garantida a mão-de-obra necessária para a realização das atividades não se fazia necessário pensar em um processo educativo para as comunidades indígenas que aqui existiam. O esforço não se mostrava necessário naquele momento, porém algumas situações se transformariam mais adiante e mudariam essas perspectivas.

Em um momento exploratório torna-se evidente que a classe dominante não se preocuparia em estabelecer medidas pedagógicas com suas respectivas estratégias. Não cabe aqui a análise da importância educativa para as diversas tribos presentes em seu território, pois a concepção do que é certo ou do que errado para os homens e mulheres parte das próprias sociedades e de sua capacidade de criarem novos conceitos culturais. Não estamos afirmando que os indígenas precisassem ou desejassem a introdução da escola enquanto modelo de formação. Tendo em vista que as tribos possuíam sua cultura própria e a valorizavam: “as casas são construídas obedecendo aos padrões culturais de cada povo. Para alguns povos nativos, a casa pode ser apenas um lugar onde se mora, mas para outros pode ser, também, onde se dão os acontecimentos sociais, ou rituais”.¹⁸

¹⁷ MUNDURUKU, Daniel. *Coisas de Índio*. São Paulo: Callis, 2000. p. 39-42.

¹⁸ MUNDURUKU, 2000, p. 39-42.

Conforme o Ciclo do Pau-brasil vai deixando de ser lucrativo para a Coroa Portuguesa percebemos que nasce um sentimento de mudança. As mudanças se fundamentavam na concepção de produção de riquezas. Se a descoberta do ouro ainda não havia ocorrido em território brasileiro havia um enorme território que poderia ser utilizado para a produção de gêneros agrícolas para o mercado exterior.

Se o Pau-brasil era encontrado em grande quantidade no vasto litoral brasileiro o mesmo não pode ser dito de outras culturas econômicas que se fundamentavam na agricultura. Era necessário a realização de um estudo que determinasse que produto agrícola estava mais voltado para as condições geográficas brasileiras levando em consideração o solo e o clima. Além disso, o plantio e o desenvolvimento de uma agricultura comercial implicariam na fixação dos colonos ao território. O povoamento foi visto como algo inevitável. Povoar para produzir e povoar para assegurar a posse do território.

Alguns países europeus como a França e a Holanda não aceitavam a divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas e buscavam invadir e ocupar o território brasileiro ou ao mesmo tempo dele. Esse fato começou a preocupar a coroa portuguesa que decidiu iniciar o povoamento. Com isso, o produto escolhido para a povoação foi a cana-de-açúcar, pela larga experiência de Portugal no cultivo desse produto. O que buscamos compreender não é a maneira como se deu a instalação da economia canavieira, mas a sociedade urbana e rural que se formou a partir desse movimento. Em um primeiro momento a distribuição do Brasil em Capitânicas Hereditárias contribuiu para uma reação violenta de diversos grupos indígenas ao longo da costa brasileira. “O que interferia nesse misto de inferno e paraíso, o Brasil, era a presença inamistosa de seus habitantes. Daí que a instalação da cana encontrou inicialmente embaraço na resistência indígena”.¹⁹

Para restaurar a ordem e dominar as rebeliões indígenas a Coroa Portuguesa investiu maciçamente no controle pelo conflito e armado e buscou na Igreja Católica o apoio necessário para catequizar o que achavam ser “os povos inferiores”. A Igreja Católica enviou para o Brasil a Companhia De Jesus e atribuiu a essa ordem a missão de construir aldeamentos indígenas chamados de missões. Nesses espaços, os indígenas trabalhavam e estudavam dentro das tradições católicas. Inicialmente os jesuítas iam buscar todos os membros da tribo para serem

¹⁹ PRIORE, Mary Del; Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 33.

catequizados e posteriormente deram prioridade às crianças, pois essas ainda não estavam envolvidas nas tradições culturais das tribos.

Nas cidades desse período observamos o predomínio das atividades econômicas em detrimento das atividades culturais. Percebemos que as cidades eram centros de relevância econômica apesar das distâncias que as separavam e que contribuíam para o seu isolamento: “Durante esse período não havia propriamente uma rede de cidades, mas alguns grandes polos que concentravam as atividades burocráticas ligadas a administração colonial”.²⁰

Essa função administrativa e econômica deu as cidades um caráter cultural de grande importância e fez surgir um conceito de autonomia administrativa até então não vista. “Esse papel fundamental de viabilizar os interesses mercantilistas europeus na relação com a colônia deu às cidades coloniais, sedes do capital mercantil, características de grandes centros, conferindo-lhes certo deslocamento e autonomia”.²¹

Devemos ressaltar que a região nordeste do Brasil era nesse período o grande centro econômico do Brasil. O solo propício para o cultivo da cana-de-açúcar favoreceu aos estados da região a produção desse produto. Considerando que havia uma relação muito próxima entre a política mercantilista e a economia da metrópole, no caso Portugal, não é difícil afirmar que o nordeste do Brasil exercia grande influência na vida econômica, política e cultural do Brasil. No entanto, essa importância econômica exercida pela região nordeste não se refletiu em melhores condições de vida para a população local. Na verdade, a sociedade dessa época era bastante simples se resumindo aos latifundiários e seus familiares, aos escravos e uma camada urbana com alguns profissionais liberais.

No final do século XVIII, observamos o final do Ciclo da Cana de Açúcar e a transferência econômica para um novo ciclo o da mineração. A principal consequência do final do ciclo do açúcar para a região nordeste do Brasil foi a perda gradual de sua importância para a economia brasileira. Gradativamente essa região vai sendo esquecida pelos poderes públicos e não consegue adquirir posição de destaque nesse cenário. Essa situação, em alguns aspectos, explica o atraso econômico e cultural que caracteriza o Nordeste nos dias atuais.

²⁰ MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997. p. 8-9.

²¹ MARICATO, 1997, p. 8-9.

O ciclo da mineração no Brasil deslocou o eixo econômico brasileiro da região nordeste para a região sudeste. O estado minerador de principal destaque foi Minas Gerais. O que nos interessa compreender é que esse ciclo econômico favoreceu o desenvolvimento da região sudeste e se consolidou com o ciclo do café quando a mineração entrou em decadência em meados do Século XIX.

O século XIX se configura com o início do Ciclo do Café, destacando-se o estado de São Paulo nesse sistema produtivo. Nesse momento ainda predominava a mão-de-obra escrava africana. Porém essa situação não se sustentaria por muito tempo, pois sofria pressões da Inglaterra para que essa chegasse ao fim.

O final da escravidão marca o início do processo de surgimento das comunidades nos centros urbanos. A liberdade não significou a mudança de uma situação de exclusão muito pelo contrário serviu para acentuá-las. “Os ex-escravos, além de serem discriminados pela cor, somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República”.²²

Nem a implantação da República no final do século XIX marcou a busca de uma sociedade igualitária. Apesar de ter sido imposta sob o símbolo da igualdade, o que se observou foi a manutenção dos privilégios das camadas dominantes. “O novo regime, apesar das promessas, não viera para democratizar a sociedade ou possibilitar uma maior mobilidade social”.²³

A leitura dos ciclos econômicos no Brasil nos permite compreender a formação das grandes desigualdades brasileiras e o surgimento de inúmeras classes de pessoas excluídas. Foram os escravos que não encontraram estruturas para crescerem, foram as populações rurais do Nordeste que após a decadência do Ciclo da Cana de Açúcar não conseguiram encontrar nas estruturas latifundiárias espaço para a produção. Criou-se nessas camadas desfavorecidas uma extrema relação de dependência financeira, que serviu apenas para favorecer a manutenção dos privilégios.

Ao longo da história brasileira não observamos o interesse da construção de sistemas educacionais que buscassem corrigir as desigualdades. O número de analfabetos sempre foi alto. No Nordeste, a economia voltada para a produção de

²² MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a abolição. *Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA*. 2011, ano 8, ed. 70, 29/12/2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673:catid=288Itemid=23>. Acesso em: 15 maio. 2015.

²³ MARINGONI, 2015.

cana de açúcar favoreceu o fortalecimento de uma população rural que se fundamentava na dependência econômica e financeira e, principalmente, na exclusão de um contingente de pessoas que passaram durante longos anos sendo esquecidas pelos governos que se sucederam, apesar da instauração da República. Foram esses excluídos da história que hoje fazem do Nordeste a região com as maiores taxas de analfabetismo do país. Muitos desses cidadãos se encontram em zonas rurais e não conseguem se apresentar para o desenvolvimento que se apresenta no Brasil.

Buscar localizar esses cidadãos e resgatar a sua autonomia é um dos problemas a serem enfrentados pelo Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado. Localizar esses cidadãos requer um trabalho de busca incessante em várias regiões do estado, bem como em vários espaços públicos. Comunidades quilombolas, presídios, zonas rurais, comunidades ribeirinhas se configuram em espaços, na qual encontramos pessoas vítimas da exclusão social. Pessoas vítimas de processos históricos de exclusão sociais caracterizados por laços de dependência econômica e dependência política. O Programa Paulo Freire tem esse grande desafio de localizar esses cidadãos e buscar equiparar as oportunidades promovendo uma formação democrática. Buscar reduzir as taxas de analfabetismo que caracterizam negativamente a região nordeste é um desafio.

Portanto, erradicar o analfabetismo para as próximas gerações é o grande esforço coletivo que o Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado deve buscar cumprir. Sendo desenvolvido em trabalho de cooperação, de voluntariado nos permite compreender que a educação é um ato de amor. Com isso, é possível alfabetizar em espaços variados e com tempos flexíveis. Não estamos afirmando que a educação não realiza o seu trabalho pedagógico em espaços formais, centramos nossa atenção na clientela do Programa Paulo Freire que são pessoas que fazem parte das camadas menos favorecidas da sociedade e que foram excluídas do processo educativo por conta de um longo processo histórico. Estes precisam de processos educativos novos e significativos, permitindo às pessoas o entendimento de que são capazes.

No ano de 2012 o Programa Paulo Freire alfabetizou mais de 9000 jovens, adultos e idosos. Esse é sem dúvida um número significativo frente aos problemas enfrentados.

2 UMA ANÁLISE EM RELAÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO ESPECÍFICO

O conceito que a expressão currículo assume é variado e apresenta inúmeras definições. Nesse momento, o que nos importa é compreender que o currículo deve se constituir em um elemento de união entre conteúdos, habilidades e competências, permitindo que esses ao estarem estritamente ligados gerem expectativas de aprendizagem. Compreendemos que em qualquer nível ou modalidade de ensino torna-se necessário ter clareza do que de fato é importante para que o aluno compreenda e assimile. Não se trata meramente de abordar o conceito de currículo como um sistema organizado de disciplinas que se encontram sistematicamente organizados. Essa ideia não responderia ao grupo de alunos do Programa Paulo Freire, uma vez que esses estão em processo de alfabetização e se encontram em locais e realidades sociais distintas. Buscamos compreender as ações que desenvolvem nos alunos a construção de competências. Ou seja, o que de fato o aluno deve construir como aprendizado no final do processo. Não estamos buscando compreender os fatores que levam os alunos a não conseguirem desenvolver determinadas habilidades e sim a importância que essas habilidades e competências possuem dentro do currículo.

A leitura de expectativas em relação a construção de uma educação verdadeiramente emancipatória para um grupo de alunos que estão retornando ao processo exige uma nova concepção de currículo. “Para que haja processo de construção, faz-se necessário rever fundamentos, desconstruir. A dinâmica da vida caminhando do caos para o sentido historicamente construído”.²⁴

Estamos nos referindo a grupos que se encontram em estágio de aprendizado dentro de um complexo de semelhança, mas que na realidade os mantém afastados. Alguns desses educandos sabem juntar letras e formar sílabas, outros compreendem a leitura de palavras, outros identificam as letras de seu nome em algumas palavras. Reconhecer esse fato nos possibilita partir de um princípio de que existem entre eles diferenças de conhecimentos, mas que todos estão no mesmo grupo.

²⁴ MEIER, Celito. *A Educação à luz da pedagogia de Jesus de Nazaré*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 26.

Além das diferenças de estágios em que esses alunos se encontram no que diz respeito ao conhecimento existe também as diferenças sociais e econômicas. Temos no Programa turmas que funcionam em presídios, em comunidades quilombolas, em comunidades ribeirinhas e principalmente na zona rural do estado. Devemos então considerar uma proposta pedagógica que respeite as diferenças e que valorizando as realidades se torne um norte e um elo que não se deve desprezar. Portanto, a construção de uma proposta eficiente reside no fato de que os métodos e técnicas devem ser os mesmos, mas os conteúdos e suas particularidades devem partir de um debate entre o educador e o educando. “Há que se promover o encontro, a cultura do debate, a discussão política, para que as diferentes ideologias venham à tona”.²⁵

Compreendemos que as habilidades são mobilizações parciais de conhecimentos que conduzem a um conhecimento mais amplo das competências. Esse conceito é complexo uma vez que depende do contexto, da própria competência que pode adquirir valor de habilidade. Desta forma, podemos afirmar que competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações entre outros) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.

Nesse contexto, a figura do educador aparece em destaque. Dependendo da forma como ele conduz as suas aulas e os textos pode ajudar a construir nos seus educandos uma série de competências que transmitam significado dentro do contexto social. O que se percebe é que no processo de aprendizado da leitura e da escrita os métodos de ensino acabam por trazer resultados se considerarmos que os alunos deveriam apenas unir as letras e compreender as palavras. Contudo, a educação emancipatória que o Programa Paulo freire almeja não seria alcançado nesse contexto de leitura descontextualizado. É preciso dar condições para que os alunos saiam do estágio de alienação em que se encontram. Esse é o processo correto, pois não precisamos que nos vigiem para que façamos o correto. “A Ética é o espaço do diferente e do novo afirmando com a consciência de quem busca a melhor expressão de vida para si e para todo o social”.²⁶

Quando definimos as competências que o aluno deverá aprender durante um determinado período letivo estamos, na verdade, gerando expectativas de

²⁵ MEIER, 2006, p. 28.

²⁶ MEIER, 2006, p. 19.

aprendizagem. O trabalho que será desenvolvido pelo professor apoiado pela equipe gestora e pela equipe pedagógica e que determinará se o processo será exitoso. Imaginar o processo de inclusão do cidadão no mundo da leitura significa compreender a nova forma como ele verá e compreenderá o mundo à sua volta. Esse é o desafio presente na construção de um modelo educativo que gere autonomia nas diversas relações sociais. As pessoas aprendem convivendo e no ato de se expressar observamos os conceitos e visões interiores de cada ser. “A condição humana pede um espírito emancipado e libertado das alienações as transformações históricas foram conquistas do espírito humana que não aceita a subjugação”.²⁷

A escola torna-se o espaço fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem, porém não estamos nos referindo apenas às escolas que fazem parte dos grupos formais e oficiais. O Programa Paulo Freire funciona em espaços amplos e variados. Mas a escola no sentido de espaço de construção do saber, da troca de experiências e na construção do novo a partir de antigos conhecimentos. Nela está o espaço da pluralidade e da diversidade entre os alunos. Por isso, torna-se necessária a construção de um modelo curricular que atenda as expectativas.

A implantação de um currículo que priorize a educação de jovens e adultos encontra inúmeros obstáculos por conta da padronização escolar que se constrói no campo da educação brasileira. Os currículos são concebidos como elementos que devem estar presentes em todas as áreas de ensino e em todas as regiões. Nesse sentido, a inclusão de componentes curriculares optativos permitiu a abertura de um espaço para a discussão mais ampla no campo das particularidades de cada região ou rede de ensino. “A condição humana traz em si a marca da passagem, do caráter provisório, da transformação do previamente dado, da eterna construção de si e do mundo”.²⁸

A abertura no currículo para a implantação de disciplinas optativas permitiu a abertura do debate acerca da relevância dos conteúdos para os diversos níveis de ensino e suas modalidades, bem como permitiu a equipe escolar compreender e analisar a situação social e econômica dos seus grupos de alunos. Quando a rede de ensino introduz o componente curricular de turismo em sua matriz curricular tem um objetivo que se baseia na vocação turística que a sua região apresenta. Quando,

²⁷ MEIER, 2006, p. 25.

²⁸ MEIER, 2006, p. 15.

por exemplo, ela introduz o componente do empreendedorismo em sua matriz ela reconhece o caráter de crescimento econômico que aquela região apresenta. Quando não refletimos a importância dos conteúdos sem considerar a realidade social e econômica corremos o risco de não alcançarmos um processo educativo significativo. O que pretendemos alcançar é uma compreensão do currículo dentro de um horizonte de transformações. No entanto, esse caminho só é significativo se analisarmos a estrutura e a conjuntura do grupo de alunos e da realidade que estão inseridos. O que se pretende é identificar o modelo de proposta curricular que se aproxime da realidade da educação de jovens e adultos e que responda a demanda social do Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado.

Compreendemos que a identidade de um grupo é construída a partir da troca de experiências, das situações concretas e significantes para esse grupo a quem me dedico a lecionar. A identidade do grupo está presente nos pequenos gestos e atos e são facilmente reconhecidas. “O caminho da educação é singular e plural. Uno e múltiplo. Cada ser é desafiado a construir-se na relação com os outros”.²⁹

Em nosso país a identidade cultural dos grupos sociais foi construída ao longo de um processo de exclusão e de exploração. As camadas menos favorecidas da população por muito tempo não teve acesso a uma educação pública de qualidade e que respeitasse as suas origens. As escolas eram poucas e muitas vezes afastadas. O que percebemos é que nessas escolas existia uma mistura de grupos sociais com características distintas. A ideologia predominante na realidade era reflexo do grupo que administrava esse espaço dentro da sua concepção de mundo, fortalecida pela sua própria ideologia. Desta forma, muitos alunos foram obrigados a abandonarem os bancos escolares em busca de oportunidades de empregos ou de significados.

Observamos que ao longo das duas últimas décadas, principalmente a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei 9394/96), o acesso e a permanência dos alunos no ambiente escolar foi se expandindo. Essa expansão trouxe um horizonte de possibilidades e um sentimento de renovação entre os membros das camadas menos favorecidas. Porém, a expansão estrutural também trouxe dilemas pedagógicos que exigem respostas imediatas. Esta é a

²⁹ MEIER, 2006, p. 25.

nossa questão: analisar a importância do debate acerca do papel do professor e da escola no respeito às diferenças e na construção do conhecimento a partir dos saberes sociais de cada um envolvido no processo.

A luta pelo emprego e pelo reconhecimento de seus direitos, a tentativa de manutenção da sua história e de seus valores, a importância do cumprimento de seus deveres, a tentativa de propiciar aos seus filhos novas oportunidades, a valorização de sua religiosidade, o respeito pela sua região são aspectos que compõem a identidade da classe trabalhadora. Reunir e significar esses aspectos são pontos cruciais no processo educativo e na elaboração de um currículo democrático. O não reconhecimento desses elementos torna o professor e a educação impotentes para realização de transformações. “Sentimo-nos míseros mortais diante do poder de uma ideologia hegemônica que vai arrastando as pessoas, afastando-as uma das outras, despedaçando laços e comunhão ou impedindo compromissos maiores”.³⁰

Compreendemos os desafios que são impostos à equipe pedagógica do programa Paulo Freire na construção de uma proposta curricular que seja única e que respeite as particularidades de cada região que se pretende atingir. Não se trata meramente de alfabetizar, pois esse objetivo já foi alvo de inúmeros programas do estado e não conseguiram alcançar resultados satisfatórios. O que se busca é a manutenção do processo de alfabetização atrelado à perspectiva de leitura de mundo e valorização das diferenças. Busca-se uma educação que não ensine meramente os conteúdos, mas que busque construir uma identidade de grupo a partir da convivência e leitura das múltiplas realidades sociais.

2.1 Compreendendo o Currículo do Programa Paulo Freire

Como exposto no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2003 da Secretaria Especial de Direitos Humanos: a educação básica, como um primeiro momento do processo educativo ao longo de toda a vida, é um direito social inalienável do ser humano e dos grupos socioculturais. Os jovens e adultos são listados especificamente nas ações desse plano como titulares da Educação Básica, à qual têm direito ao longo de toda sua vida.

³⁰ MEIER, 2006, p. 16.

Consideramos que os cidadãos por viverem em sociedade precisam desenvolver determinadas habilidades para resolverem questões pontuais. Não se concebe que na atualidade a falta de compreensão impeça a pessoa de resolver seus assuntos de forma autônoma. Ou ainda, por não terem acesso às políticas públicas de direito por falta de informações ou por desconhecimento.

Não adianta os bancos, por exemplo, investirem na instalação de caixas eletrônicos com utilização de cartões magnéticos se algumas pessoas não utilizam esses serviços porque não sabem ler as informações. Não adianta, por exemplo, o governo pagar indenizações aos cidadãos que sofreram acidentes de trânsito se os mesmos não souberem onde e como recorrer ao benefício. Esses são alguns exemplos de situações do cotidiano que exigem um domínio da leitura e da escrita. Desta forma, se faz inegável a necessidade da construção de um currículo que caminhe na construção da autonomia a partir de situações práticas do cotidiano. Nesse sentido é que se pretende construir o currículo do Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado. Compreendemos que o objetivo do referido programa é ensinar a ler e a escrever e não formar cientistas. Porém, a leitura deve contemplar o contexto da cidadania ativa prevista no debate acerca dos Direitos Humanos.

A proposta pedagógica desenvolvida para os jovens e adultos do programa foi desenvolvida por temas que se entrelaçam a partir de uma ideia central. O Eixo Integrador é o elemento central e em torno dele observamos a presença de temas que se relacionam. São os chamados Complexos Temáticos. Nesses aspectos, os conteúdos ministrados se relacionam com o Eixo Integrador e com os Complexos Temáticos. Analisaremos então o que exatamente caracteriza cada um desses elementos: Eixo Integrador, Complexos Temáticos e Conteúdos de Área.

Essa perspectiva se consolida em uma tentativa de construção de um modelo que se faça reconhecer em sua utilidade. Buscando interagir com temas específicos é possível construir um conjunto de conteúdos que sejam significantes para os alunos. As propostas educativas que buscam resultados devem ser norteadas no respeito às diversidades presente na educação de jovens e adultos. “Nesta perspectiva, além de reconhecer que a formação acontece sempre numa

³¹ ambiência de diversidade, de heterogeneidade ineliminável, o importante é o reconhecimento do outro em formação”.³²

O Eixo Integrador é o mundo do trabalho e seu objetivo é articular e direcionar a aprendizagem na formação de pessoas competentes para o trabalho. Competente no sentido de realizar as suas atribuições de compreender o valor de seu salário, de exigir o reconhecimento do seu esforço e que esse reconhecimento se reflita na melhora das condições de salário e na melhoria da qualidade de vida. O Eixo Integrador é o pilar central de nossa proposta que determina os Complexos Temáticos a serem desenvolvidos, bem como os Conteúdos de Área.

Devemos considerar a realidade social e econômica do grupo de estudantes atendidos pelo Programa Paulo Freire, oriundos de camadas menos favorecidas, buscam a sobrevivência a partir do trabalho assalariado. Na sociedade industrial fundamentou-se a existência de dois grupos sociais fundamentais aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. Essa relação excludente faz com que a educação tenha um papel fundamental na formação dos cidadãos que buscam melhorias profissionais e conseqüentemente salariais. A escola deve buscar a reflexão entre os anseios dos que estudam e vislumbram novos horizontes educacionais. O mundo é competitivo, mas a educação pode ser desenvolvida em um ambiente harmonioso. Precisamos compreender que o mundo do trabalho é o meio em que as ações se voltam para a garantia do sustento, mas acima de tudo é preciso debater e compreender os anseios pessoais de crescimento. “Se falarmos em aprendizagem como modo de compreender e fazer pela compreensão, então estamos assumindo a aprendizagem significativa como inerente a uma formação valorosa, ou seja, que implica pontos de vista, definições e situações e projetos de vida”.³³

Desta forma, os temas a serem abordados devem ser adequados à faixa etária que os estudantes se encaixam, bem como respeitar as suas particularidades. Por isso, o Programa Paulo Freire, ao elencar uma dinâmica fundamentada em temas que se encaixam, priorizou a forma como os alunos compreendem o mundo e sua regionalidade. Os Complexos Temáticos são divididos em quatro grupos: identidade e diversidade cultural, memória e luta por direitos, direitos e cidadania

³² MACEDO, Roberto Sidnei. *Atos de Currículo e Autonomia Pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva*, Petrópolis: Vozes, 2013. p. 56.

³³ MACEDO, 2013, p. 97.

ativa e ação cidadã e consolidação da aprendizagem. Todos esses temas se direcionam ao Eixo Integrador que é o mundo do trabalho e estabelecem entre si coerência temática. O que percebemos claramente é que essa ordem, na qual se apresenta no desenvolvimento do programa, pode ser alterada. Uma simples troca de posição na hora de se trabalhar os temas não faz com que o aluno perca a clareza do assunto abordado, pois não é o conteúdo em si que se estabelece como tema principal e sim a mensagem que ele aborda e a problemática que ele traz em si.

Os Complexos Temáticos são temas organizados de maneira estruturada, no qual uma temática trabalhada se articula com a temática seguinte, atribuindo a ela sentido. Forma elos entre os fenômenos ou temas articulados que contribuem na formação do aluno, permitindo uma visão crítica real, uma intervenção ativa na sociedade com seus problemas, ideias, interesses e objetivos. Os Complexos Temáticos servem como elemento de orientação para a escolha dos conteúdos e dos textos trabalhados durante as aulas. Os textos devem priorizar o reconhecimento a identidade, a cultura, o direito à cidadania e o meio social dos alunos.

Analisaremos a seguir os Complexos Temáticos buscando compreender os seus objetivos e a significação dos seus temas para a realidade social dos alunos. As análises individuais desses temas permitiram uma visão geral do que o Programa Paulo Freire busca enquanto modelo pedagógico de alfabetização que respeita o conhecimento prévio do aluno e sua visão de mundo, em vez de ser uma proposta alienante. Como se busca os resultados a partir de vivências e experiências, “essas experiências são, infelizmente, desperdiçadas por currículos que se acostumaram a simplificar a compreensão da vida em sociedade, principalmente a partir do que a lógica das disciplinas e suas alianças econômicas e culturas propõe”.³⁴

O primeiro Complexo Temático que o aluno estuda e busca compreender é a Identidade e Diversidade Cultural. O ser humano é pautado nas relações amorosas que o constituem. Essa afirmação nos leva a refletir que o primeiro elo do ser humano é o familiar. Através das relações que se estabelecem na infância é que o ser humano cria estruturas de reconhecimento social. Quando a família é presente o ser humano consegue estabelecer seu princípio de identidade.

³⁴ MACEDO, 2013, p. 38.

Todavia, a família não é o único elemento que colabora com a formação da identidade. Muitas das relações sociais se estabelecem com a própria comunidade, na qual as pessoas se encontram. Modelos de comportamento, gestos, determinados gostos e vontades que o ser humano desenvolve é reflexo do que presenciou e incorporou do seu grupo.

As músicas, poesias, gravuras, pontos turísticos são elementos locais que de certa forma contribuem para o desenvolvimento e construção da identidade. As pessoas podem se mudar de um local para o outro. Podem se relacionar com outros modelos de vida, no entanto o cidadão quando reconhece no seu local de formação os valores que lhe são significativos leva consigo um sentimento de pertencimento que se perpetua. Desta forma, as atividades propostas nesse Complexo Temático priorizam canções, peças teatrais, leitura de poesias que vislumbrem a cultura local. Quando o aluno se identifica com essas atividades e valoriza o seu grupo a educação cumpre a sua função formativa, pois busca trabalhar e debater a identidade do aluno; busca-se o respeito aos grupos; e desta forma o professor consegue apresentar aos alunos outros modelos culturais presentes na diversidade cultural.

O segundo Complexo Temático que o aluno será levado a pensar aborda a temática da memória e luta por direitos. Buscamos a partir da leitura dos textos e das atividades propostas apresentar aos alunos as construções realizadas pelo ser humano ao longo do tempo. Busca-se uma análise da ação social na construção de uma sequência de conquista de espaços. Ao longo dos anos o ser humano buscou o desenvolvimento da tecnologia e da ciência. Essa busca permitiu a evolução nas formas de produção e de comunicação e, desta forma, o ser humano foi criando um sistema produtivo que se fundamenta na acumulação de capitais, o capitalismo.

O avanço tecnológico não favoreceu a construção de uma sociedade justa e igualitária. As diferenças sociais se ampliaram e o ser humano passou a ser cada vez mais competitivo. Alimentação, casas, vestuários passaram a ser vistos como artigos essenciais e que a sua conquista garante ao ser humano um determinado grau de estabilidade. Porém pensar nesses elementos nos obriga a rever a questão do trabalho.

Somente com o emprego garantido é que o cidadão estabelece os seus objetivos. Dentro das possibilidades que lhe são apresentadas consegue estabelecer metas e assim pode iniciar a busca para conquistá-las. O que pretendemos

compreender é que sem o trabalho o ser humano fica sem direção sem um caminho a seguir. Por outro lado, o direito ao emprego não deve ser considerado como ato de caridade e deve-se buscar remunerar de forma justa aqueles que trabalham de maneira digna e honesta.

O Complexo Temático referente à memória e à luta por direito traz atividades e textos que apresentam as lutas do ser humano por melhores condições de vida: as pessoas do campo que lutam pelo seu pedaço de terra nos latifúndios que se constituem à questão agrária em nosso país; a luta da população carcerária por melhores condições de sobrevivência nos presídios espalhados por todos o país; a luta das comunidades ribeirinhas por um auxílio que garanta sua sobrevivência nos períodos de piracema; a luta das comunidades quilombolas e indígenas para garantir a posse de seu território são elementos que se caracterizam pela luta por direitos. Ao lutarem por direitos os cidadãos constroem as suas memórias individuais a partir de experiências coletivas. Levar para o aluno que se encontra em processo de alfabetização textos, poesias, músicas e imagens que retratem a luta por direitos ao longo do tempo contribuem para a construção da memória de grupo.

Para se buscar um trabalho pedagógico de maneira a contemplar as realidades locais e as diversidades a melhor opção é o trabalho com imagens. As imagens selecionadas devem trazer manifestações de trabalhadores: o trabalho solitário de algum cidadão em sua comunidade; o esforço de uma criança para estudar e aprender; os elementos geográficos específicos. Enfim, buscar através da imagem o debate e o diálogo acerca de ações que apresentem o esforço humano na busca de seus interesses e de suas conquistas, pois acreditamos que se o aluno compreende os seus direitos ele passa a ser participativo.

No terceiro Complexo Temático sobre direitos e cidadania ativa o aluno é levado a refletir sobre o conceito de direitos e a forma como eles estão presentes em nossa vida. O grande dilema que se apresenta para cidadãos que não dominam a leitura é que por muitas vezes não sabem os direitos básicos que possuem nem a forma como recorrer aos mesmos. Consideramos como direitos fundamentais do cidadão ao acesso à documentação básica como o Registro de Nascimento, a Carteira de Identidade, o registro no Cadastro de Pessoas físicas (CPF). Esses documentos são fundamentais para que a pessoa seja reconhecida como existente na sociedade e assim possa usufruir de benefícios econômicos e sociais. As

atividades propostas devem ser direcionadas para que os alunos conheçam esses documentos e compreendam a importância de cada um deles.

Durante muito tempo as pessoas das camadas menos favorecidas não tiveram acesso aos documentos básicos. A Certidão de Nascimento é o primeiro documento que se torna necessário para a retirada dos demais. Durante muito tempo era um direito pago e, portanto, estava fora do alcance de muitos indivíduos que, por não terem como pagar por esse documento, deixavam de ser reconhecidas pelo Estado.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi aprovada a Lei nº 9534, de 1997, que instituiu a gratuidade da entrega da primeira via da Certidão de Nascimento e da primeira via da Certidão de Óbito. Em muitas maternidades o recém-nascido já passou a sair com esse documento. Essas questões perpassam por direitos básicos e são inalienáveis ao cidadão. Porém, ter acesso a esses documentos requer ter conhecimento de como se pode fazer efetivá-los. Aos educadores sociais nesse momento do Programa Paulo Freire as suas ações, bem como as suas atividades estarão voltadas para o ensino dos direitos e, conseqüentemente, de uma conscientização da cidadania ativa. A postura educativa deve ser concebida como um ato de solidariedade que se justifica na mudança de posturas e conceitos. “O educador vê no outro, para além de ideologias, um parceiro no processo de construção de um saber efetivo e afetivamente significativo”.³⁵

O discurso de educação em direitos e cidadania ativa deve contemplar os vários aspectos da vida cotidiana, exaltando a participação social em grupos da própria comunidade. O educando deve ser levado à compreensão do papel das associações de bairro, das associações religiosas, dos diversos conselhos de seu grupo e que de certa forma o representam e o legitimam. Nesse sentido, o discurso da educação deve priorizar a vida social que corresponde à realidade do educando. De uma certa forma isso exigirá do professor e da professora uma compreensão do grupo no qual ele está inserido. Buscando informações sobre eventos e associações próximos aos seus grupos o professor poderá realizar um discurso mais próximo da realidade e promover mudanças efetivas. “A presença do mestre deve motivar o conteúdo mais relevante, o atitudinal. Fomentar encontros, possibilitar expressões

³⁵ MEIER, 2006, p. 28.

de vida comunitária, criar comunidades são ações humanizadoras dos quais o educador não pode se eximir”.³⁶

A proposta pedagógica do Programa Paulo Freire no complexo temático da luta por direitos exemplifica a ação em grupo e suas dependências. O cidadão atuante em sociedade poderá buscar conceitos de atuações coletivas para de certa forma agir em seu trabalho. O cidadão deve buscar suas melhorias e as formas como pretende ser visto por sua família nas ações concretas que realiza. Por isso, precisamos pensar num discurso de mudança. “O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existente, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só nível intelectual, mas no nível da ação”.³⁷

Ao final do trabalho pedagógico com o debate acerca do direito e da cidadania do estudante, segundo a proposta pedagógica do Programa Paulo Freire, deverá ser capaz de buscar os seus direitos fundamentais e participar ativamente das atividades de sua comunidade. Não se trata de formação para revolucionários, mas de uma proposta de transformação que despertem os ideais e consigam tirar os cidadãos de uma postura de neutralidade. Compreendendo que o Programa Paulo Freire se desenvolve em espaços não formais de aprendizagem se torna necessário buscar ideias de aprendizagem. “Prefiro fundamentar a educação não-formal em critérios da solidariedade e identificação de interesses comuns, parte do processo da construção da cidadania coletiva e pública do grupo”.³⁸

A busca por temas que mobilizem o alunado se mostra eficaz o Programa Paulo Freire. Trata-se de uma mudança de concepção do processo de alfabetização. A escolha por temas que mobilizem e que gerem expectativas de mudanças significativas se mostra atrativa.

Na última unidade de ensino o Complexo Temático trabalhado nas leituras e atividades aborda a ação cidadã e consolidação da aprendizagem. Nesse momento espera-se que o aluno esteja concluindo o processo de alfabetização e tenha uma compreensão da leitura que realiza dos textos. Compete a esse Complexo Temático abordar temas ligados à solidariedade e à ação conjunta. O estudante é convidado a refletir sobre o modo como ele tem atuado em seu grupo social e o que ele tem feito

³⁶ MEIER, 2006, p. 17.

³⁷ MEIER, 2006, p. 120.

³⁸ GOHN, 2010, p. 20.

para o bem da comunidade. Compete aqui leituras de textos que priorizem ações comunitárias e solidárias.

A sociedade espera que o poder público resolva todos os problemas presentes em sua comunidade. Sabemos que é dever do Estado o investimento do dinheiro recebido pelos impostos na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Porém nem sempre o Estado se faz presente nestas ações em determinadas localidades. Por isso, algumas ações podem ser desenvolvidas pelos cidadãos em prol da melhoria de grupo. A limpeza de determinados trechos de rios, o recolhimento de lixos em encostas, o trabalho de conscientização em relação ao controle do mosquito da dengue, o trabalho voluntário na pintura de fachadas de escolas e postos de saúdes. Enfim, existem inúmeros problemas que podem ser resolvidos com ações individuais que sejam voltadas para os resultados coletivos.

O objetivo acerca da ação cidadã deve levar ao dialogo dessas ações em um trabalho minucioso da busca da compreensão através da aprendizagem para mudanças de valores. Não se trata de uma mudança imposta por posturas imperativas, mas fundamentada na ação silenciosa. “Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades dos que participam”.³⁹

Por fim, nesse Complexo Temático a proposta do Programa Paulo Freire busca na consolidação da aprendizagem o momento para a revisão de conteúdos e debate acerca das questões trabalhadas. Compreendemos que a educação é uma constante revisão de temas e assuntos e que o cidadão é um ser em processo constante de construção. Nesse momento professores e alunos buscam um novo caminho para a consolidação da aprendizagem.

Buscar compreender se o processo pedagógico foi desenvolvido e se os objetivos foram alcançados é papel fundamental da educação, enquanto elemento de construção. Muitas vezes ao final do processo tanto educadores e educadoras quanto estudantes se encontram em um grau de cansaço que desgasta a relação e, conseqüentemente, o processo. Por isso, a educação e seu processo devem ser revistos mesmo que o desânimo e o cansaço se abatam nos mestres que orientam. “Quantas vezes, em nossas práticas pedagógicas e evangelizadoras, somos

³⁹ GOHN, 2010, p. 19.

tomados por um sentimento de frustração, um pessimismo quase aniquilador da esperança”.⁴⁰

O modelo pedagógico do Programa Paulo Freire se fundamenta no ensino por Complexos Temáticos. Essa proposta se mostra eficaz para o grupo da educação de jovens e adultos, pois se apresenta como um modelo que prioriza os conhecimentos e interesses dos estudantes desse grupo. Os temas do Programa Paulo Freire se intercalam formando em contextos sociais competências e habilidades de leitura significativa, pois não se restringem apenas ao processo de alfabetização como modelo de união de letras e emissão de fonemas.

Os temas abordados ao longo do processo de alfabetização requerem um novo modelo de educação. Educar consiste na aplicação de um modelo pedagógico que contribua para o pleno desenvolvimento da cidadania e que permita ao aluno nunca mais ter que ceder seus direitos e ser desrespeitado e que permita ao aluno reconhecer a sua importância dentro do contexto social e econômico. Enfim, que permita vislumbrar as múltiplas possibilidades que a educação pode e tem o dever de oferecer.

2.2 O letramento no contexto do Programa Paulo Freire

O Programa Paulo Freire Pernambuco Escolarizado, enquanto modelo de política pública para alfabetização, compreende que o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita deve ser realizado em uma nova perspectiva. Analisando que os grupos sociais envolvidos no processo precisam adquirir determinadas habilidades para a vida em sociedade. Nesse sentido, a alfabetização deve ser compreendida não como um processo rígido e determinado, mas num processo de crescimento. “Ela é uma tarefa qualificadora, que permite ao sujeito apropriar-se devidamente do sistema, para fazer o uso correto no meio social”.⁴¹

A compreensão de leitura situado no âmbito do programa prioriza a realidade social do educando. A seleção de texto e leituras é realizada visando contemplar as peculiaridades dos alunos dentro do seu contexto social. Considera o educando como sujeito ativo na produção da aprendizagem dentro de suas perspectivas de vida. Considera que o ato de ler está associado aos grupos sociais a qual o

⁴⁰ MEIER, 2006, p. 16.

⁴¹ SILVA, Jaqueline Luzia da. *Letramento: uma pratica em busca da (re)leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009. p. 13.

indivíduo pertence bem como a sua cultura. “Além disso, toda e qualquer manifestação de linguagem ocorre no interior de determinada cultura, cujas tradições, cujos usos e costumes, cujas rotinas devem ser obedecidas e perpetuadas”.⁴²

A metodologia tradicional de alfabetização prioriza a união de letras, formação de sílabas e conseqüentemente leitura de textos. O indivíduo que adquire essas habilidades já pode ser considerado alfabetizado. O desenvolvimento tecnológico e os avanços da ciência moderna também trouxeram reflexos no processo de alfabetização. Atualmente os gêneros textuais se proliferaram e suas funções se diversificaram. Dessa forma, a alfabetização tradicional como conhecemos perdeu espaço. “A alfabetização corresponde àquele sentido, visto que ela é o processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e de escrita”.⁴³

A escola ou o espaço educativo deve compreender que o processo educativo e a prática da leitura não se encerra nela própria. A educação é um processo constante, na qual, o educando vai compreendendo a leitura dos textos e realizando a sua interpretação conforme entra em contato com novos textos. Analisando os textos o leitor consegue realizar uma interpretação fundamentada em sua própria interpretação e compreendendo a visão do autor. Quando o processo educativo não considera na seleção de conteúdos a realidade cultural do aluno podemos afirmar que se prioriza apenas a visão de quem escreveu: “A leitura, assim é entendida como a atividade de captação das ideias do autor, sem se levar em conta as experiências e os conhecimentos do leitor, a interação autor-texto-leitor como propósitos constituídos sócio cognitivo internacionalmente”.⁴⁴

O que se pretende estabelecer até o momento é a concepção de alfabetização do Programa Paulo Freire Pernambuco escolarizado. Compreendendo que o perfil dos seus estudantes se apresenta como um grupo de alunos que não tiveram acesso à escolarização na idade apropriada e que precisam corrigir a distorção de aprendizagem torna-se necessário ter uma visão de leitura apropriada aos seus anseios. “São, pois, os objetivos do leitor que nortearão o modo de leitura,

⁴² KOCH, Ingedore Villaça. *Ler e compreender. os sentidos do texto*. 3ª ed., 10ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014. p. 61.

⁴³ SILVA, 2009, p. 79.

⁴⁴ KOCH, 2014, p. 10.

em mais tempo ou em menos tempo; com mais atenção ou com menos atenção; com maior interação ou com menor interação, enfim”⁴⁵.

Desta forma, a seleção de textos deve priorizar a realidade social do educando. Cabe ao programa a partir do seu Projeto Político Pedagógico e de suas instruções curriculares criarem o caminho que deverá ser seguido. No entanto, o professor(a) é elemento fundamental no processo. Dentro da concepção do Programa Paulo Freire o professor possui liberdade de selecionar o material que trabalhará em seu espaço aula. Desta forma, a escolha desses materiais poderá ter papel decisivo na maior participação ou menor participação do aluno. O professor e a professora que consegue se tornar presente ao estudante com certeza terá seu lugar:

Nunca me esqueço, na história já longa de minha memória, de um desses gestos de professor que tive na adolescência remota. Gesto cuja significação mais profunda talvez tenha passado despercebida por ele, o professor trouxe de casa os nossos trabalhos escolares e, chamou-nos um a um, devolvia-nos com o seu ajuizamento. Em certo momento me chama e, olhando ou re olhando o meu texto, sem dizer palavras, balança a cabeça numa demonstração de respeito e consideração. O gesto do professor me trazia uma confiança ainda obviamente desconfiada [...] de que era possível confiar em mim, mas que seria tão errado confiar além dos limites quanto errado estava sendo não confiar. A melhor prova da importância daquele gesto é que dele falo agora como se tivesse sido testemunhado hoje. E faz, na verdade, muito tempo que ele ocorreu.⁴⁶

Despertar no adolescente ou no adulto o prazer da leitura não se constitui em uma tarefa simples. Compreendemos que nessa faixa etária os alunos tendem a se desmotivar com maior facilidade e que, portanto, devemos criar o hábito da leitura a partir de elementos culturais e significativos. Não devemos esquecer que entre os alunos existem uma diversidade de idade e de interesses. Encontramos nessa constatação o desafio de se realizar uma proposta de alfabetização voltada para o letramento, à diversidade. Esse fato obriga que os educadores compreendam a realidade sociocultural dos seus estudantes. Quando em um momento de leitura o professor ou a professora seleciona um texto precisa ter clareza de que esse texto pode ser compreendido de forma diferenciada em sua turma. Esse é outro efeito da diversidade: “considerar o leitor e seus conhecimentos são diferentes de um leitor

⁴⁵ KOCH, 2014, p. 19.

⁴⁶ FREIRE, 2007, p. 42.

para o outro implica aceitar uma pluralidade de leituras e de sentidos em relação a um mesmo texto”.⁴⁷

Entender o processo de leitura perpassa em uma ressignificação de prática pedagógica. Lecionar para crianças em turmas de alfabetização significa trabalhar o lúdico, o imaginário. A criança nessa faixa etária precisa de elementos coloridos, leves e de textos que despertem a sua imaginação. Porém, ao pensarmos no mundo dos adultos e jovens nessa perspectiva de ensino e aprendizagem muda completamente o foco. Não estamos afirmando que as pessoas de mais idade não gostem de um mundo imaginário, este deve até existir, mas nunca ser a base do processo. Na educação de jovens e adultos os textos exemplos metodológicos devem contemplar os elementos de sua realidade. O processo se fortalece quando o indivíduo é motivado a se posicionar diante de fatos concretos e que ele compreende. O planejamento deve ser feito com a intenção de inquietar o educando, de motivá-lo a participar das discussões. Desta forma, o texto deve ser escolhido de forma intencional. O próprio planejamento é intencional, pois incorpora verdades do educador com as verdades do educando. “É claro que não devemos nos esquecer de que a constante interação entre o conteúdo do texto e o leitor é regulada também pela intenção com que lemos o texto, pelos objetivos da leitura”.⁴⁸

A nossa compreensão entende que um programa voltado para a alfabetização de jovens e adultos deve apresentar uma metodologia diferenciada daquela que os professores estão habituados na escola tradicional. Desta forma, o Programa Paulo Freire destina a seleção de seus textos em seus diferentes gêneros: listas, convites, cartas, poemas entre outros numa perspectiva da sua utilização no cotidiano, pois compreende que esses textos devem ter significado no crescimento de seus alunos. O método tradicional utilizava o texto de forma descontextualizada da realidade. As leituras servem como exercício de memorização de letras e símbolos. A proposta de letramento difere na proposta de alfabetização nesse aspecto. “Enquanto a alfabetização está diretamente relacionada ao indivíduo, entendido como ser que adquire as habilidades assinaladas, o letramento refere-se as práticas sociais que os indivíduos traçam a partir ou não de sua alfabetização”.⁴⁹

⁴⁷ KOCH, 2014, p. 21.

⁴⁸ KOCH, 2014, p. 19.

⁴⁹ SILVA, 2009, p. 13.

O Projeto compreende que no período de oito meses na qual as aulas são ministradas o aluno precisa aprender a ler numa perspectiva libertadora. Desta forma, o processo de unir letras, formar sílabas e ler palavras e textos só terá sua razão se o estudante souber aplicar essa habilidade de leitura e escrita em exercícios do cotidiano. O aluno deve sair preparado para pequenas atividades de leitura que o auxiliem em seu cotidiano como, por exemplo: escrever um bilhete, ler uma bula de remédio, ler uma receita, escrever uma carta. Ou seja, quando a escrita e a leitura passem a ter significado em sua vida. Além disso, o aluno precisa ler e compreender o que está lendo, caso contrário de nada essa leitura realizada o auxiliará. “Ler significa obter um conjunto de habilidades e conhecimentos linguísticos e psicológicos, relacionando símbolos escritos e unidades sonoras, além da interpretação dos textos”.⁵⁰

A equipe pedagógica do Programa Paulo Freire ministra capacitações desses educadores sociais buscando apresentar-lhes a metodologia do projeto. Nas horas destinadas a formação inicial e a formação continuada os educadores (as) entram em contato com exemplos de textos, músicas, poemas com características regionais e compatíveis com a faixa etária dos alunos do programa. Ressalta a importância da leitura deleite como forma de despertar o interesse a realizar os debates, permitindo que os estudantes expressem sua opinião. Orientam em relação à utilização da palavra geradora como método de ensino e ressaltam a importância da utilização dos materiais didáticos disponibilizados pelo programa. Por isso, é preciso que os educadores sociais compreendam que os métodos e objetivos educacionais somente farão sentido se pensados em prol da realidade do aluno, ou seja, priorizando sua realidade. “Para isso, a educação precisa estar comprometida com a libertação, devendo estar profundamente os sistemas tradicionais, os programas e os métodos, que, muitas vezes, deixam de lado o educando tornando-o objeto e ignorando sua realidade histórica”.⁵¹

O que deve ser observado é que o processo de aprendizagem não se encerra no período em que as aulas são ministradas, pois o ser humano está em constante processo de aprendizagem. Desta forma, o Programa Paulo Freire orienta os educadores e educadoras a apoiarem os seus estudantes na realização de matrículas em programas de continuação de estudos do governo. Pois, a função

⁵⁰ SILVA, 2009, p. 80.

⁵¹ SILVA, 2009, p. 83.

inicial do processo é ensinar o estudante a ler em uma perspectiva de letramento, ou seja, de ler e entender os textos e, acima de tudo, que essa leitura contribua para a sua plena liberdade. Compreende que é necessário que os educandos não encerrem o ciclo de aprendizagem no final do tempo de duração do curso. “E como processo não pode ser encarada em um momento isolado da vida do aluno, mas deve ser concretizada durante toda a sua trajetória, garantindo as condições essenciais para sua interferência na realidade”.⁵²

A complexidade da sociedade e do mundo atual exige cada vez mais qualificação profissional. Compreende-se que os educandos que integram o Programa Paulo Freire são oriundos de camadas menos favorecidas da sociedade e, desta forma, cabe aos educadores disponibilizar o total apoio pedagógico para o seu desenvolvimento. Torna-se urgente uma mudança de postura frente ao desafio de ofertar conhecimento a um grupo de pessoas. A educação defendida pelo programa é aquela que se fundamenta no estudante e na sua realidade. Não adianta ministrar aulas de alfabetização e levar para o espaço aula textos que falem de personagens infantis ou fábulas que em nada vão acrescentar ao leitor. O morador da zona rural quer falar e ler sobre técnicas de plantio, épocas de semeadura, festas locais, comidas regionais, entre outros. Da mesma forma, os educandos do presídio querem debater temas relacionados à liberdade, à conquista de direitos, à busca por empregos, às formas como as agências de emprego contratam, aos documentos necessários. Outro exemplo que poderíamos citar são os educandos das áreas urbanas que buscam empregos em um mercado competitivo, que precisam elaborar currículos, ainda que muitos nem sabem qual a função de um currículo. Todos esses exemplos servem para que compreendamos a importância da leitura nesses grupos sociais desfavorecidos. As imposições e normas sociais obrigam a realização de uma leitura consistente e prática. “Todavia, a simples incorporação dos interlocutores ao estudo dos enunciados ainda não era suficiente; os sujeitos se movem no interior de um tabuleiro social, que tem suas convenções, suas normas de conduta e que lhes impões condições”.⁵³

A simples leitura de textos não garante a aprendizagem em si. O texto por mais claro que seja precisa do conhecimento do leitor em atribuir-lhe sentido. Por mais que o texto apresente elementos estruturais como coesão, originalidade por si

⁵² SILVA, 2009, p. 76.

⁵³ KOCH, 2014, p. 61.

só não garantirá a compreensão se o leitor não se encontrar preparado em compreender a sua finalidade. “O exemplo ressalta que a coesão por si só não é responsável pela coerência textual, porque a coerência não está no texto, mas é construída pelo leitor com base em seus conhecimentos e na materialidade linguística do texto”.⁵⁴

Por fim, o objetivo do Programa Paulo Freire se encontra num processo de alfabetização fundamentado na prática do letramento. Nessa perspectiva, o processo de alfabetização se torna fundamental na medida em que o aprendizado da leitura e da escrita passa pelo conhecimento das vogais, das consoantes e também de aprender a juntá-las dando a elas os sons necessários. Porém, precisa dessa habilidade no sentido de que após iniciada a leitura e logo após ser concretizada o educando seja capaz de ler e entender os textos, por menores que sejam, numa perspectiva de letramento. Ler e compreender é, desta forma, construir a autonomia.

⁵⁴ KOCH, 2014, p. 187.

3 A IMPORTÂNCIA DO COMPROMETIMENTO DO PROFESSOR NO CONTEXTO DO PROGRAMA

Conforme o Anexo I da Resolução nº 52 de 11 de dezembro de 2013 do Diário Oficial de Pernambuco compete ao professor e professora social procurar e realizar a matrícula dos cidadãos de sua comunidade que não sabem ler nem escrever. Segundo o mesmo anexo compete também ao professor organizar o seu espaço aula dando um caráter pedagógico. Salientamos que o professor (a) firma um compromisso social, no qual ele é o responsável na criação da sua turma e adequação do tempo e do espaço para que o processo de alfabetização ocorra plenamente.

Existe no projeto a figura do coordenador e coordenadora de turma. Este tem por função visitar as turmas em seus diversos espaços. A primeira função do coordenador e da coordenadora é a de fiscalização, mas ele também deve auxiliar pedagogicamente os educadores. Todavia, quando um profissional da educação se dispõe a ingressar em um projeto voluntário deve realizar a sua função com ética e responsabilidade, pois as ações interferem na realidade de outros. “Além disso, a ideia de responsabilidade surge precisamente porque a ação individual pode ter um impacto muito além de uma só pessoa”.⁵⁵

O programa é voluntário, porém os alfabetizadores e alfabetizadoras fazem jus a uma bolsa com caráter de ajuda de custo. Porém, mesmo essa bolsa paga não se constitui em salário, pois ela é paga com o dinheiro público fruto de nossos impostos. Desta forma, o processo de alfabetização deve ser feito como uma atitude humana objetivando a melhoria da sociedade. Uma atitude contrária colocaria em risco a nossa própria ação e conduta como cidadãos. “É somente por meio da ação que nossas intenções se materializam e demonstramos realmente quem somos, construímos nosso ser e expressamos nossa indignação numa prática capaz de influenciar na sociedade”.⁵⁶

A estrutura das escolas no Brasil, em sua grande maioria, se fundamenta na organização de salas, mesas e cadeiras. O estudante chega à escola e encontra

⁵⁵ MAY, Roy. *Discernimento Moral: uma introdução à ética cristã*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008. p. 117.

⁵⁶ SUNG, J. M.; SILVA, J. C. da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 113.

uma estrutura que ele conhece. No Programa Paulo Freire compete ao professor e professora conseguir o seu espaço físico para ministrar suas aulas e posteriormente de organizá-lo. Esse espaço precisa ser organizado de forma que o estudante se reconheça valorizado e retorne. “A sua sensação de bem-estar e a de seu semelhante dependem de um sentimento intacto de ser valorizado. Todo reconhecimento sincero fomenta a autoestima”.⁵⁷

Compromisso social é assumido pelo educador e educadora ao procurar estudantes e formar a sua turma. Firma um compromisso entre o seu grupo e a própria sociedade. “Quando tudo está claro e, por conseguinte, as decisões são mais fáceis, não se precisa de responsabilidade. A ética responsável refere-se aos compromissos e às decisões que devem ser tomadas quando não há clareza e as decisões deixam de ser fáceis”.⁵⁸

O que pretendo afirmar é que uma vez estabelecida a relação social o educador e a educadora devem cumprir com seus compromissos. Mantendo seu espaço de aula organizado, encontrando-se no horário marcado para o início das aulas. Essas são atitudes profissionais que fazem a diferença. “A responsabilidade significa a obrigação de decidir e agir face à realidade histórica, levar em conta o significado de nossas ações e decisões, assumir compromissos concretos e responder de maneira coerente com nossa conduta”.⁵⁹

A educação formal exerce um controle rígido sobre determinadas regras como a pontualidade e assiduidade de seus professores. Como o Programa Paulo Freire fundamentado na ação voluntária se espera que apesar da presença de uma rede social que busque alcançar o objetivo primordial, que é o letramento dos estudantes. Com isso, o educador (a) assume o seu papel como ator principal do processo agindo com responsabilidade. “A responsabilidade sempre é contextual. Primeiro como temos dito, porque é exercida em meio a realidades concretas que limitam os âmbitos da resposta e a interpretação da resposta”.⁶⁰

O programa se fundamenta em assumir responsabilidades sociais e morais perante o grupo. Essas responsabilidades previstas na resolução nº 52 de 11 de dezembro de 2013 do Diário Oficial de Pernambuco não se restringem apenas à

⁵⁷ MULLER, Harry. *Relacionamentos em Ação*. Tradução de Werner Fuchs. Curitiba: Esperança, 2000. p. 32.

⁵⁸ MAY, 2008, p. 119.

⁵⁹ MAY, 2008, p. 117.

⁶⁰ MAY, 2008, p. 119.

composição das turmas e à função do educador e educadora social em descobrir pessoas não letradas para incluí-las no programa, ela reforça também o caráter pedagógico e determina os caminhos que o educador social deve seguir em seu planejamento de aula. Muitas vezes o educador(a), por se encontrar lecionando em seu espaço aula diversificado, tende a descuidar-se de suas obrigações. “No mundo moderno, o descuido parece a cada dia sobrepujar o cuidado, e essa distorção se reflete também na atividade profissional”.⁶¹

Compreender que o processo educativo é um caminho voltado para a solidariedade e respeito é o primeiro passo para que o educador busque se motivar. Nesse caso, a motivação não deve ser orientada por normas ou regras estabelecidas pelo programa. Motivação deve ser fruto de algo interior. Devemos agir com nossa própria consciência do que vem a ser o certo e o errado em nossas ações. Observando que no fim do processo o principal elemento que nos importa é o estudante. Pelo estudante devemos dedicar o melhor do que existe em nosso interior. Para isso, é preciso buscar a motivação interior. “Contudo é determinante que o profissional avalie suas motivações interiores e seus valores, que são determinantes na sua atuação profissional”.⁶²

Um educador e uma educadora comprometido busca organizar seu espaço de aula da melhor maneira possível. Esse espaço é, dentro do Programa Paulo Freire, uma garagem, a própria sala da casa, a varando ou mesmo uma sala de aula da escola regular. Organizar, nesse sentido, não se restringe a simplesmente limpar o espaço e organizar cadeiras. Observamos um aspecto mais amplo nessa relação que se forma, ou seja, um processo de humanização nas relações. Essa humanização deve ser vivenciada nos pequenos gestos como, por exemplo, a fixação de cartazes nas paredes com o nome e a data de aniversário dos estudantes. Estabelecer uma relação de cuidado: “Entendo o cuidado dentro de uma relação de ajuda como vinculado ao conceito do Sagrado. Por Sagrado entendemos algo a parte, separado que transcende, mas que está presente na vivência de cada dia”.⁶³

O que se pretende compreender é a relação estabelecida e um programa que é financiado pelo Poder Público, mas que traz em sua base de atuação o voluntariado e a necessidade de uma atuação comprometida do educador e

⁶¹ OLIVEIRA, Roseli M. Kuhnrich de. *Pra não perder a alma: o cuidado aos cuidadores*. São Leopoldo: Sinodal, 2012. p. 22.

⁶² OLIVEIRA, 2012, p. 30.

⁶³ OLIVEIRA, 2012, p. 19.

educadora. Essas relações dependem muito de uma manifestação voluntária de apoio ao próximo e às suas necessidades. Não se fundamenta na relação trabalhista que o Estado e seus entes federados estabelecem com seus funcionários, em especial, com seus educadores. Os profissionais da educação formal objetivam em suas carreiras a satisfação pessoal com o crescimento dos seus estudantes e a satisfação pessoal com uma boa remuneração. Portanto, para o trabalho voluntário não se concebe essa dualidade de sentimentos, uma vez que é a vontade de ajudar o próximo que move as suas ações. Essa deve ser sua visão de educação: “o contexto, entretanto, tende a ser ambíguo. As opções nem sempre são claras ou viáveis. A história jamais se apresenta de forma dualista entre o bem e o mal”.⁶⁴

Desta forma, não é a vigilância que fará o processo educativo dentro do programa se concretizar. As ações sociais transcendem as relações hierárquicas da educação formal e se fundamentam no compromisso social. “Nessa ambiguidade entre a realidade e o ainda não, entre o factível e o desejável, é preciso comprometer-se”.⁶⁵

O objetivo primordial do Programa Paulo Freire Pernambuco Escolarizado é erradicar o analfabetismo. Para conseguir alcançar esse objetivo o Poder Público criou uma rede de ação que se pauta na solidariedade. Quando o educador social se dispõe a buscar as pessoas não letradas está assumindo um compromisso, primeiramente, com o programa e posteriormente com o estudante. Ao mesmo tempo, firma-se um compromisso solidário que se pauta na ética. “Ser solidário significa se colocar no lugar do outro, daqueles que são as maiores vítimas dos processos sociais de exclusão, as minorias étnicas, as mulheres, os pobres, as gerações futuras e a natureza, que também é vítima da ação humana”.⁶⁶ Consideramos que são esses grupos que movem as ações sociais e que motivam a educação comunitária.

O ato de planejar é essencial na prática pedagógica. Plano é ação. Planejamento é tomado de atitudes. Buscamos resolver casos e problemas que surgem em nossa rotina enquanto educadores e educadoras. Quando pensamos a forma mais coerente de lecionar e selecionamos os nossos conteúdos estamos na verdade pensando no outro e na forma como minha ação pode e deve contribuir

⁶⁴ MAY, 2008, p. 119.

⁶⁵ MAY, 2008, p. 119.

⁶⁶ SUNG; SILVA, 1995, p. 114.

para o seu crescimento pessoal e profissional. Quando planejamos nos aproximamos do outro e de sua verdade. “Todo bom conhecedor de pessoas sabe que o caminho mais direto ao coração de alguém passa pelas coisas que são do interesse particular da respectiva pessoa”.⁶⁷

Quando o educador(a) não reconhece a importância do planejamento em sua prática a sua ação educativa caminhará sem rumo e sem direção. O estudante ao final do processo até poderá ter aprendido a ler e a escrever mais não conseguirá, com certeza, ter a clareza do mundo e de suas oportunidades. O educador que não busca prever as suas ações não valoriza o seu grupo, pois essa valorização deve ser cotidiana e pautada nos valores. “A ênfase no caráter e nas virtudes – ou na vida virtuosa – aponta não tanto para as obrigações e deveres expressos nos princípios e regras universais quanto para a qualidade da própria pessoa, que se expressa na vida diária”.⁶⁸

Limpar o seu espaço de aula, decorar o ambiente e torná-lo harmonioso, planejar aulas, aplicar atividades, avaliá-las, preencher fichas, entre outros são compromissos do educador e educadora social. No entanto, o que vai diferenciá-lo do educador e educadora formal, além da questão da limpeza do espaço que na maioria das instituições de ensino não é obrigação do professor, é a liberdade que marcará o seu trabalho. Nesse modelo de alfabetização não existe de forma imediata a presença fiscalizatória do poder público. Não existe uma chefia imediata como no caso do diretor(a) escolar para assegurar o pleno cumprimento dos deveres. O educador(a) age por vontade de ajudar o próximo e ser reconhecido. “Apesar disso permanece em todos nós o anseio por reconhecimento. Ele está profundamente enraizado na natureza humana”.⁶⁹

Quando o educador e educadora social não está motivado pela sua função e compromisso, apenas realizando mecanicamente às suas funções por conta de já ter se comprometido com um grupo de pessoas ou simplesmente porque receberá a bolsa auxílio do Governo Federal, o processo de letramento e consequente de aprendizagem do estudante tende a não se desenvolver. Esse comportamento não condiz com a ética e a moral. “Antes de mais nada, a moralidade emerge da capacidade de ter empatia e compaixão. As expressões afetivas que afirmam a

⁶⁷ MULLER, 2000, p. 41.

⁶⁸ MAY, 2008, p. 44.

⁶⁹ MULLER, 2000, p. 31.

pessoa e seus semelhantes são chaves para o processo de amadurecimento moral”.⁷⁰

O educador e a educadora social é um profissional, mas também é um ser humano. Mesmo desenvolvendo um trabalho social o seu comprometimento dependerá da forma como ele se encontrará emocionalmente. Muitas vezes, deixamos de realizar nossas atribuições por conta de um desânimo que se estabelece em nossa consciência e que se reflete em nosso corpo e em nossas ações. Muitos são os motivos que levam o educador a sofrerem de desânimo. Buscar reconhecer os motivos contribui muito para uma mudança de perspectiva. Nesse momento compete ao educador buscar apoio para ter condições de desenvolver o seu trabalho “Essa negação da essência humana dos cuidadores tem sido, a meu ver, um dos maiores fatores do adoecimento que os atinge”.⁷¹

Enfim, um modelo de educação alicerçado no trabalho conjunto entre o poder público e os agentes sociais envolvidos requer comprometimento. Não se concebe outra forma de se chegar ao alcance das metas que nesse caso não se limita apenas a erradicação do analfabetismo e sim, no cuidado daqueles que mais precisam nesse caso o estudante.

3.1 Reconhecer o papel de cuidador do professor no contexto do programa exige múltiplas ações

Os estudantes do Programa Paulo Freire buscam no processo de aprendizagem reconhecer o mundo através da leitura. São pessoas que por muito tempo viveram no mundo sem conseguir compreender a dinâmica social. Esse anseio precisa de respostas imediatas. “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história”.⁷²

O que se busca no Programa Paulo Freire é facilitar o acesso ao mundo da leitura e do letramento aos cidadãos que não tiveram oportunidades na idade necessária. Porém, não se deve esquecer que o ator principal no sistema

⁷⁰ MAY, 2008, p. 46.

⁷¹ OLIVEIRA, 2012, p. 53.

⁷² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 133.

organizado pelo poder público é o professor(a) social. Esse, ao ministrar aulas sem a presença fiscalizatória do Estado, é quem decide o que é certo e o que não é certo no percurso de suas aulas.

Quando me proponho a procurar algum cidadão para formar a minha turma devo compreender que assumo um compromisso social com esse indivíduo, mas que não se restringe apenas ao ensinar. Passa pelo ato de cuidador e cuidadora. Por isso, devemos compreender que o professor(a) é também um cuidador(a). Ele recebe um grupo em seu espaço e precisa zelar pela sua continuidade. Desta forma, ensinar transcende o ato de ministrar conteúdos. Pressupõe a obrigação de apresentar valores. “Valores não se legislam nem se ditam. Não é impossível impô-los. Emergem da interação entre a comunidade e as mudanças tecnológicas e outras mudanças sócio-históricas e com as novas práticas sociais”.⁷³

A sociedade evoluiu, isto é incontestável. O progresso alcançou as diversas partes do planeta, conseqüentemente do nosso país. A tecnologia trouxe inúmeras vantagens. Essas afirmações servem para refletirmos em relação à importância da leitura e da escrita nos dias atuais. A educação nunca encontrou um terreno tão rico a serem exploradas, as possibilidades de ensino se multiplicaram.

Essas mudanças do mundo moderno exigem novas concepções de educação. Quando lecionamos para um grupo de crianças as nossas prioridades se resumem a criar uma estrutura cognitiva fundamentada no imaginário. O professor e professora seleciona os textos buscando o colorido, valorizando as imagens e contemplando a faixa etária dos educandos. Quando procuramos preparar as nossas aulas para um grupo de jovens e adultos valorizamos as crenças desse público, porém não nos isolamos. “O profissional que cuida faz uso do seu corpo como um todo. Não isolamos os sentimentos, as crenças religiosas ou políticas, valores e mitos quando nos relacionamos com outro ser humano”.⁷⁴

Devemos pensar na educação de jovens e adultos em um contexto único. A formação da turma prevê a unidade dos atores envolvidos e a capacidades que eles apresentam de conviverem em grupo. “É indiferente se simpatizo com a pessoa ao meu lado ou não, ela é importante para Deus e merece meu reconhecimento sincero”.⁷⁵

⁷³ MAY, 2008, p. 83.

⁷⁴ OLIVEIRA, 2012, p. 79.

⁷⁵ MULLER, 2000, p. 36.

Pessoas de faixas etárias diferentes convivendo no mesmo espaço exige a criação de um ambiente onde os valores se apresentem como um produto construído na coletividade. As relações são construídas gradativamente na medida em que se priorize o respeito e o contato. Essa relação de convivência estimula e desperta a nossa percepção de mudança. As mudanças ocorrem principalmente em nosso interior e trazem mudanças. “O contato com os outros influi sobre a própria personalidade, tanto em sentido positivo quanto também negativo. Amigos edificam-se mutuamente, estimulam-se para crescerem, motivam-se mutuamente”.⁷⁶

Essa diferença de faixas etárias é um fato que o professor(a) não pode contestar. Porém, a necessidade de reconhecimento das diferenças perpassa pela análise de cada grupo individualmente. Quando compreendo isoladamente as necessidades de cada grupo posso estabelecer um modelo de atuação pedagógico para o coletivo e não para partes. A convivência se fundamenta na verdade e na forma como exponho minhas ações. Quando grupos distintos convivem no mesmo espaço torna-se necessário o diálogo franco. Isto para que tanto o meu trabalho pedagógico quanto o meu papel de cuidador(a) não se perca no vazio da omissão. Por isso, a clareza como ajo ditará os resultados de convivência. “Essa premissa é a sinceridade – sinceridade ao lidar com os sentimentos próprios, mas também ao lidar com os sentimentos dos outros. Pois toda confiança se fundamenta sobre a veracidade”.⁷⁷

O comportamento humano é algo determinado por vários fatores. Estes podem ser de ordem biológica, social ou afetiva. Os padrões variam muito em grupos sociais e em determinadas faixas etárias. A forma como os seres humanos se comportam não pode ser regida por regras fixas em função de múltiplas variáveis. Porém podemos estabelecer padrões de semelhanças comportamentais. Os mais jovens, por exemplo, tendem a serem mais inquietos e agitados, enquanto os mais velhos tendem a serem mais comedidos em suas ações. Reconhecer essas diferenças é a função social da escola, pois não podemos conceber uma escola que através do reconhecimento das diferenças não promova a socialização em seu espaço. “É uma pena que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado”.⁷⁸

⁷⁶ MULLER, 2000, p. 65.

⁷⁷ MULLER, 2000, p. 29.

⁷⁸ FREIRE, 2011, p. 44.

O que devemos olhar com mais atenção são os objetivos que tantos os jovens quanto os adultos buscam no processo educativo. Esse olhar deve ser entendido como algo que não depende apenas da visão e sim deve se orientar com o coração. O que precisamos entender inicialmente é que esses estudantes ao voltarem ao espaço de aprendizado buscam progredir, aprender e desenvolver-se. Mas precisam também do reconhecimento. “Quando desejamos construir relacionamentos melhores com os outros, então temos de começar a valorizar as pessoas por sua fidelidade, suas diferenças e seus esforços”.⁷⁹

A nossa construção de pensamento até o momento busca compreender a relação que deve ser vivenciada dentro do Programa Paulo Freire entre o professor e o seu estudante na relação que se constrói. Na escola formal essas relações são ditadas por regras já preestabelecidas e formais, e que, de certa forma, todos os atores compreendem e seguem. O professor e professora procura realizar o seu planejamento de forma uniforme e que contemple todos os envolvidos. No contexto do programa estamos voltados a uma análise de uma proposta comunitária que na prática aproxima as pessoas e favorece as relações. Muitos dos estudantes já frequentaram as escolas formais e não se adaptaram. Desta forma, são as relações que o professor(a) estabelece. Elas determinarão o sucesso ou o fracasso do processo. Devemos compreender que o passado e suas experiências tendem a favorecer ou não o estímulo do estudante em aprender. “Se essas influências forem negativas, então há o perigo de que meu presente também seja determinado negativamente pelo passado”.⁸⁰

O aprendizado consiste em um esforço coletivo de ações entre todos os que participam do processo educativo. O educador e educadora deve entender a realidade social dos seus estudantes. A aproximação do educador e educadora permite a compreensão social e os interesses do grupo. Quando existe a disposição de uma convivência que seja formada pelo diálogo, o conhecimento do próprio se torna claro. “Acrescenta-se que as áreas essenciais de sua vida são influenciadas decisivamente pela sua capacidade ou incapacidade de ouvir corretamente”.⁸¹

A capacidade de ouvir do professor e da professora facilitará o processo de letramento, compreendendo que este consiste na leitura do mundo. Ouvir é um ato

⁷⁹ MULLER, 2000, p. 35.

⁸⁰ MULLER, 2000, p. 17.

⁸¹ MULLER, 2000, p. 43.

de liberdade, onde o outro se expressa e compreende que é sujeito ativo no processo de aprendizagem. O educador(a) precisa atuar permitindo que os estudantes expressem as suas angustias e suas convicções. O espaço da aula é visto como lugar para a prática libertadora. “É a segurança que se expressa na firmeza com que atua com que decide com que respeita as liberdades, com que discute as suas próprias posições, com que aceita rever-se”.⁸²

A arte de ouvir é o maior dom dado a alguém que se propõe a ser um cuidador. Quando ouço alguém atentamente participo de suas emoções e me envolvo. Compreendo o seu contexto social e consigo me colocar em seu lugar, mesmo estando em outra realidade. Não pretendo fazer juízo de valores e sim permitir ter sabedoria, que através da atenção que dedico ao ouvir o meu semelhante me transfiro para o seu mundo. As emoções são demonstradas pelos olhos, pelos ouvidos e pela boca. Porém, é através dos ouvidos que conseguimos captar a voz do outro e nossa sensibilidade pode contribuir para a melhoria da nossa prática educativa. “Mero ouvir constitui um processo sensorial. Prestar atenção, porém é um processo psicológico complexo. Posso ouvir o que alguém me diz, sem lhe dar atenção”.⁸³

O grande dilema do ato de ouvir as diversas vozes envolvidas no processo educativo é o de não se deixar envolver de forma a angustiar-se pela situação e pelos conflitos do próximo. Alguns estudantes da educação de jovens e adultos são originários de estruturas familiares e sociais instáveis e frágeis. Desta forma, apresentam um nível elevado de sofrimento e de histórias pessoais traumáticas. Essas pessoas precisam do nosso cuidado. Não me refiro ao cuidado físico e sim ao cuidado afetivo. Todavia, o educador(a) deve compreender que é preciso ouvir, aconselhar quando for o caso, mas manter um distanciamento que seja necessário para sua própria estabilidade emocional. “O profissional cuidador, mesmo que não se dê conta, sofre desgastes pelo contato diário com a dor, a perda, as dificuldades, necessidades e angústias das pessoas com as quais lida, trabalha ou que atende”.⁸⁴

Na educação de jovens e adultos o ato de permite que o estudante se expresse é fundamental, pois nessa modalidade se deve conceber um planejamento que priorize a realidade social dos estudantes. Essa é a proposta do letramento

⁸² FREIRE, 2011, p. 89.

⁸³ MULLER, 2000, p. 43.

⁸⁴ OLIVEIRA, 2012, p. 46.

presente no Programa Paulo Freire. A realidade na escola formal apresenta que o mundo do educador é distante do mundo do estudante. O professor e a professora mesmo que seja oriundo das camadas populares, ao terminar o seu processo de formação, tende a se distanciar do mundo que veio. Existem ainda professores(as) que são oriundos das camadas privilegiadas da sociedade. Por isso, para compreender o mundo do estudante é necessário saber ouvir, pois caso contrário prevalecerá as relações hierárquicas de autoridade. “Este saber, o da importância desses gestos que se multiplicam diariamente nas tramas do espaço escolar, é algo sobre que teríamos de refletir seriamente”.⁸⁵

O ato de permitir que o outro se expresse se faz necessário uma vez que muitos dos estudantes estão retornando aos bancos escolares e estão cheios de expectativas. Precisam aprender a ler e escrever, mas esse ato não deve ser mecanizado nem infantilizado. Por isso, o ato de planejar perpassa pela realidade concreta que prioriza a identidade cultural e o estágio cognitivo que eles apresentam. Pensar em ler e debater textos e buscar propostas pedagógicas que contemplem os grupos específicos é função do educador. Quando ouço a opinião e os anseios do outro sou capaz de criar estratégias realmente libertadoras, pois compreendo as identidades e direciono minhas ações. “A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado”.⁸⁶

Realizar uma pesquisa social na comunidade para reconhecer os cidadãos não letrados, preparar o espaço aula, realizar o planejamento. Enfim, no Programa Paulo Freire são múltiplas as funções do educador e da educadora. Esse acúmulo de atribuições é o que difere o programa das classes regulares. Essa liberdade do educador(a) nós permite algumas observações que iremos nos ater nesse momento nos aspectos pedagógicos em questão. Na escola regular existe a figura dos supervisores(as) e gestores(as). Esses acompanham todo o material que é trabalhado com o estudante. Na prática existe um controle que engessa a prática do educador e da educadora com o Projeto Político Pedagógico da instituição. Devemos considerar que a maioria das redes de ensino possui seu plano específico de trabalho e suas orientações metodológicas. Os supervisores(as) geralmente

⁸⁵ FREIRE, 2011, p. 44.

⁸⁶ FREIRE, 2011, p. 42.

realizam a leitura do material que será trabalhado e acompanham os conteúdos nos diários de classe. Nas instituições regulares existe uma preocupação muito grande em cumprir os conteúdos previstos no programa. Compreende-se que a real necessidade do estudante fica em segundo plano em relação à aplicação dos conteúdos. “A escola não é partido. Ela te que ensinar os conteúdos, transferi-los aos estudantes. Aprendidos estes operam por si mesmos”.⁸⁷

O Programa Paulo Freire apresenta, como dito anteriormente, seu próprio Projeto Político Pedagógico. Ele é fundamentado na construção da aprendizagem do estudante dentro de sua realidade. O coordenador(a) realiza visitas semanais e seu trabalho é muito importante no contexto da rede de alfabetização. Porém, o coordenador(a) pauta seu trabalho na leitura do material apresentado pelo alfabetizador(a), que entendemos ser nesse caso uma relação de confiança. Essa relação, para dar resultados, deve ser pautada na ética e nos valores, uma vez que é impossível o coordenador(a) que é responsável por várias turmas em várias localidades conseguir acompanhar o que se realiza no momento da aula. Desta forma, a interação do acompanhamento pedagógico se fundamenta numa relação ética de cumplicidade. “A ética tem a ver com a conduta que melhor contribui para a construção responsável do convívio humano e para o pleno desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa”.⁸⁸

Essa flexibilidade dos educadores(as) sociais permite que sua atuação seja mais direcionada ao seu público específico. As turmas de alfabetização são formadas em vários espaços. Elas podem se formarem nos presídios, nas comunidades ribeirinhas, nas comunidades quilombolas, nas zonas rurais, enfim em qualquer lugar que apresente cidadãos não letrados. O que o educador(a) deve observar é que o estudante que se encontra no presídio quer ler e aprender os textos que falam de liberdade, de direitos legais, de novas oportunidades. Da mesma forma, o estudante da zona rural que compreender a sua cultura e seus hábitos rurais, compreender o sistema de plantio e de colheita, entender o valor comercial de seus produtos. São interesses que devem estar presentes na leitura dos textos e realização de atividades, prevalecendo a democracia no processo educativo. “A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a

⁸⁷ FREIRE, 2011, p. 32.

⁸⁸ MAY, 2008, p. 17.

disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoreço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta”.⁸⁹

A proposta pedagógica deve orientar-se na seleção de textos e problemas que correspondam a cada uma dessas realidades. Esse fato se constitui o grande desafio do educador(a). A utilização da palavra geradora proposta por Paulo Freire se pauta justamente nesse aspecto. A partir da palavra significativa o aluno desenvolve a leitura das demais palavras e reconhece as letras e as sílabas. Esse processo de aprendizagem depende de métodos compreensivos de aprendizagem com o uso de cartazes, escrita na louça, utilização de material dourado e do alfabético silábico. A utilização diversificada de metodologias que favorecem o aprendizado. O essencial é que esses recursos despertem a curiosidade e a vontade de aprender nos estudantes. “A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte do integrante do fenômeno vital”.⁹⁰

O cuidado, enquanto ato humano reside nessa perspectiva de preservar a identidade cultural do estudante. Valorizar o seu conhecimento e buscar textos e leituras que contemplem o seu cotidiano. A educação utilitária, na qual os conteúdos aplicados no espaço aula sirvam para o desenvolvimento social. Ensinar a preparar receitas, a marcarem consultas nos postos de saúde, de realizarem matrículas em escolas, de conseguirem ler o letreiro dos ônibus e caminharem com liberdade. Enfim, o pleno desenvolvimento da cidadania. Muitos educadores e educadoras sociais do Programa Paulo Freire procuram selecionar seus textos dentro do material básico de aprendizagem com receio de sofrerem críticas do coordenador. Essa atitude não condiz com o senso de liberdade proposto pelo Programa. A ousadia faz parte do processo independente do que às outras pessoas podem pensar. “A crítica pode ser incômoda. No entanto, não é sábio ter medo da crítica. Dos críticos você aprenderá coisas que os amigos já mais lhe dirão”.⁹¹

Compreender o papel do cuidador(a) no Programa Paulo Freire torna-se algo fundamental na perspectiva de que o estudante que se dirige ao a este buscando uma nova oportunidade de aprendizagem. São grupos de pessoas que

⁸⁹ FREIRE, 2011, p. 91.

⁹⁰ FREIRE, 2011, p. 33.

⁹¹ MULLER, 2000, p. 48.

possuem suas necessidades específicas e suas angústias. O educador(a) se torna cuidador quando possui sensibilidade para ouvir e compreender. Ouvir com o coração.

3.2 O papel do professor cuidador para que o passado não desestimule o presente

O ser humano é feito de corpo e principalmente de alma. As recordações de tudo o que fizemos podem fazer com que caminhemos em direção ao progresso ou aniquile qualquer possibilidade de progressão no futuro. As sensações contabilizam nossas adversidades e fazem com que as superemos ou que permaneçamos no campo da estagnação. “Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente aos obstáculos a nossa alegria”.⁹²

As pessoas que procuram o Programa Paulo Freire buscam um recomeço a sua caminhada pessoal. Tento me colocar no local que elas ocupam na sociedade. Esses estudantes precisam aprender a recomeçar a buscar na educação uma nova oportunidade. Quando começamos algo novo compreendo que devemos buscar novos caminhos. Mesmo que os objetivos sejam os mesmos e o processo conhecido. Quando buscam novos caminhos a primeira sensação que me atento é a esperança. Esse sentimento me faz acreditar que é possível ter um novo resultado e esse é o papel do professor. “A desesperança é a negação da esperança. A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário à desesperança é o aborto desse ímpeto”.⁹³

Uma parcela considerável dos estudantes do Programa Paulo Freire já frequentou os bancos escolares. Por questões econômicas muitos desistiram do sonho almejado de aprender a ler e a escrever. Outros desistiram simplesmente porque não conseguiram desenvolver as habilidades e competências necessárias para atingir tais objetivos. Nesse último caso observamos a educação tradicional como um processo que não favoreceu o crescimento de seus estudantes. Muito pelo contrário, contribuiu para a sua desesperança. Cabe ao educador(a) social

⁹² FREIRE, 2011, p. 70.

⁹³ FREIRE, 2011, p. 70.

compreender que o passado não deve retornar com todas as suas angústias e colocações repetitivas. A compreensão do sentimento do próximo me aproxima de uma nova proposta pedagógica. No entanto, a conscientização desse fato não me obriga necessariamente a ter atitudes permissivas em nome do sofrimento do próximo. “Compreensão não significa concordância total, mas significa que posso sentir o que você sente, vejo à situação com seus olhos e simpatizo com sua situação”.⁹⁴

O grande desafio que se apresentou para os estudantes no momento em que estiveram nos bancos escolares foi a necessidade de se adaptar e conviver com pessoas desconhecidas. A escola é um espaço democrático e seu maior objetivo é contribuir para a convivência pacífica e respeitosa. No entanto, na escola há muitas ocasiões onde não se consegue promover a aproximação entre os estudantes. O discurso na educação deve pregar e se fundamentar na necessidade de que as diferenças no espaço educativo devem ser respeitadas. Nem sempre conseguimos conviver com as pessoas que pretendemos ou desejamos. Por isso, não posso abandonar a minha casa, o meu emprego e principalmente a minha escola por conta das diferenças que me afastam dos outros estudantes. “Praticamente todo dia você entra em contato com pessoas que são difíceis de lidar. Acontecem decepções, tensões, irritação. Cada um de nós precisa aprender a enfrentar situações assim nem que constantemente ocorram brigas”.⁹⁵

Esse mesmo sentimento recai sobre os educadores(as) que, em muitos casos, precisam conviver com pessoas que não lhe agradam, sejam nos bancos escolares seja no corpo administrativo da escola. As divergências de opinião contribuem para que o espaço educativo se torne um local de criação de angústias. Esse é o dilema do educador e educadora que exerce suas funções no espaço da escola convencional, principalmente se essa escola estiver no âmbito público. O diretor(a) escolar não pode, no setor público, escolher o professor(a) que virá para a sua escola da mesma forma que o educador(a) não tem autonomia de escolher os estudantes que melhor lhe agradem. Essa situação precisa ser solucionada no momento, pois o papel da escola é promover a igualdade. “Diariamente entramos em contato com pessoas das quais não gostamos e dos quais não podemos nos

⁹⁴ MULLER, 2000, p. 50.

⁹⁵ MULLER, 2000, p. 72.

desviar. Não apreciamos a maneira como se comportam, como se vestem, como falam ou cheiram”.⁹⁶

Essa relação de convivência vai construindo dia após dia a nossa realidade cultural. Mas é nesse aspecto que o passado se apresenta. Muitos estudantes não trazem boas recordações da necessidade de conviver com pessoas diferentes. Também educadores e educadoras não conseguem superar certos traumas e obstáculos por conta de proximidade obrigatória. Porém, a prática educativa requer, acima de tudo, compromisso para com o próximo para as suas necessidades. Esse compromisso é retratado na base da ética e das obrigações que tenho com as pessoas que precisam de meu apoio. “Por essas razões, o racional e o afetivo, especificamente o pensamento crítico aliado à compaixão e empatia, são os elementos formais de que se compõem a ética, isto é, significa a união da razão com a compaixão”.⁹⁷

Nessa necessidade de superar o passado na busca da forma mais conveniente de trabalhar em grupo e conviver com as diferenças é que se devem mudar as estratégias de ensino. Ao realizar um planejamento que priorize as habilidades e as formas de se trabalhar em grupo o educador conseguirá alcançar êxito em seu papel. Alguns exemplos são as rodas de conversas que favorecem os alunos expressarem seus sentimentos e apresentarem suas opiniões, a leitura de manchetes de jornais com assuntos da atualidade que favorece o pensamento crítico no sentido de que os estudantes falam da maneira como compreendem a realidade e tornam-se seres sociais e críticos. Esses exemplos de práticas e métodos pedagógicos servem para que o aluno se torne participante, ativo da história, pois ele passa a dar significado ao que é ensinado como conteúdo da mesma forma que os seus colegas têm a chance de entender os sentimentos do amigo. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.⁹⁸

Estamos analisando a maneira mais adequada da convivência em grupo para compreender os mecanismos que favoreceram o abandono escolar no passado do estudante. Estabelecendo uma relação entre a metodologia aplicada na escola formal e a forma como ela pode assumir um caráter excludente, na perspectiva de

⁹⁶ MULLER, 2000, p. 77.

⁹⁷ MAY, 2008, p. 73.

⁹⁸ FREIRE, 2011, p. 58.

obrigar de forma autoritária a convivência de pessoas que nunca se relacionaram ou simplesmente não possuem afinidade no mesmo espaço. Esses exemplos de métodos servem para que o educador perceba a necessidade de se trabalhar o coletivo e planejar atividades em grupo. Na realidade essa postura deveria ser prática rotineira nos espaços escolares, mas muitos professores se sentem desmotivados e não conseguem compreender a importância social desse modelo pedagógico.

A educação pública de qualidade passa pela valorização de seus profissionais. Os educadores são seres que vivem em sociedade e que planejam seu futuro e possuem seus sonhos. Torna-se necessário ao poder público criar estratégias de desenvolvimento profissional. Muitos educadores(as) possuem consciência de que precisam transformar a sua prática de acordo com a realidade dos seus estudantes. A falta de motivação é sem dúvida o fator determinante. A falta de motivação por vários motivos torna o educador apenas um mero repassador de conteúdos. Nesse estágio percebemos que o educador comprometido sofre. “Além disto, outros componentes se somam na questão do sofrimento psíquico: a baixa remuneração, a dupla jornada de trabalho, a falta de reconhecimento e a ausência de políticas públicas”.⁹⁹

Há décadas os educadores(as) vivem na esperança de que o poder público, constituído independentemente de partido político ou ideologia partidária, assumirá posturas e criar propostas que modifiquem e dignifiquem a sua realidade. O passado continua se perpetuando com práticas tradicionais para lidar com os problemas reais da educação. Não se trata meramente de abordar o campo salarial, mas de se investir em infraestrutura e aquisição de materiais pedagógicos que favoreçam o trabalho do educador. Hoje existe um movimento ideológico de se colocar todo o fracasso escolar na conta dos educadores(as). O pensamento repousa no fato de que sendo ele o elemento responsável em ministrar as aulas e transmitir os conteúdos também é responsável pelo fracasso dos alunos. Desta forma, se desconsidera toda a conjuntura social e política idealizando a capacidade do educador e ensinar. “Por outro não se pode negar, há uma “aura” em torno da pessoa do cuidador, que tende a ser visto de forma idealizada”.¹⁰⁰

⁹⁹ OLIVEIRA, 2012, p. 62.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, 2012, p. 52.

Quando compreendemos que analisando o passado de uma classe social se torna possível a compreensão do presente teremos condições de encaminhar nossos objetivos, não de forma individual ou esporádica, mas de forma constante e efetiva. Quando os educadores(as) tomarem consciência de grupo e unirem forças para buscar uma mudança radical na educação brasileira o país não precisará recorrer a avaliações para refletir a competência do ensino realizado nas instituições de educação que se multiplicam pelos vários locais. A essa luta devemos buscar não somente a valorização salarial, mas também a busca por aperfeiçoamento, bem como a estrutura e a criação de modelos curriculares eficazes. “A luta dos professores em defesa de seus direitos e dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética”.¹⁰¹

Numa avaliação do Programa Paulo Freire enquanto modelo de política pública de erradicação do analfabetismo devemos compreender que a sua própria essência se fundamenta no passado. Os seus estudantes já se encontram marcados pela falta de oportunidades e de modelos curriculares apropriados para a sua realidade. Nesse contexto, os educadores(as) além de não possuírem vínculo empregatício com as esferas do Estado, percebem que em seus ombros repousam as mesmas responsabilidades e expectativas dos educadores e educadoras da escola formal. A sua metodologia requer especificidades que são próprias do programa e não o eximem das mesmas responsabilidades. “A responsabilidade do professor, de que às vezes não nós damos conta, é sempre grande. A natureza mesma de sua prática, eminentemente formadora, sublinha a maneira como a realiza”.¹⁰²

Outro aspecto que devemos observar diz respeito às avaliações. Um dos maiores temores dos estudantes é o processo avaliativo. Ele é visto como um instrumento que determinará os estudantes que são competentes e aqueles que não desenvolveram as habilidades necessárias para prosseguirem os estudos. No grupo de educandos que fazem parte da educação de jovens e adultos as avaliações sempre tiveram um papel de apresentar as dificuldades.

As avaliações são vistas, por causa da época de estudante, como instrumento para medir a competência dos estudantes e que, de certa forma, favoreceu a sua retenção nos bancos escolares e culminou com a sua desistência

¹⁰¹ FREIRE, 2011, p. 65.

¹⁰² FREIRE, 2011, p. 64.

do ambiente escolar. Muitas pessoas não conseguem compreender a avaliação como um instrumento pedagógico importante, mas a entendem como algo que irá expor suas fraquezas e favorecerá as críticas. Os resultados das avaliações servem para que novas sugestões metodológicas sejam adotadas, mas nem todos conseguem lidar bem com as críticas, sejam elas construtivas ou destrutivas. “Sei que isso é fácil de pregar e duro de praticar. Nem por isso deixa de ser verdade. Nem todas as sugestões ou críticas dos outros têm de ser aceitos, porém temos de aprender a ouvir a avaliar”.¹⁰³

O educador(a) deve pensar a avaliação como um instrumento não de medição, mas de averiguação. O resultado da avaliação contribui para que o educador(a) compreenda se o que ele planejou em relação aos seus conteúdos atingiu os objetivos a que se destinavam. A avaliação durante muito tempo, em nosso modelo educativo, foi utilizada com a finalidade de classificar os estudantes determinando aqueles que eram capazes de prosseguir nos estudos e aqueles que estavam condenados a não continuarem. Hoje o educador e educadora deve refletir a avaliação como forma de pensar e verificar se os seus objetivos foram alcançados. Não adianta o resultado de uma avaliação me apresentar que os estudantes não desenvolveram as habilidades e competências que precisava se não repenso a minha metodologia e aplico novas formas metodológicas.

Por fim, cabe ao educador em seu processo árduo de ensinar buscar compreender que o passado apresenta grandes realizações no âmbito da pedagogia. Aí que se faz urgente a necessidade de que o educador busque a criatividade: “a curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte integrante do fenômeno vital”.¹⁰⁴

¹⁰³ MULLER, 2000, p. 77.

¹⁰⁴ FREIRE, 2011, p. 33.

CONCLUSÃO

Um país que pretende se desenvolver plenamente e ofertar uma qualidade de vida digna aos seus cidadãos deve investir no campo educacional. Quando uma nação busca estar inserida no bloco das grandes potências desenvolvidas precisa investir em pesquisa e na elaboração de propostas curriculares que contemplem o pleno desenvolvimento das habilidades e competências dos seus estudantes. No caso de um país como o Brasil, marcado por um alto índice de exclusão social historicamente estabelecido, a criação de políticas educacionais se torna imprescindível.

Somente através da educação que um país conseguirá diminuir a distância econômica entre aqueles que compõem as camadas mais favorecidas daqueles que pertencem às camadas menos favorecidas. Não se pode negar a um jovem, um adulto ou um idoso o direito de estudar, de aprender, enfim de viver plenamente a sua cidadania. Investir na educação é abrir um leque de oportunidades que favorecem a equalização social e que permite diminuir a distância entre a busca por melhores oportunidades.

Sob essa perspectiva de que a educação é um dos principais caminhos para a correção das desigualdades é que surgiu o Programa Paulo Freire Pernambuco Escolarizado. Na perspectiva de se construir de forma coletiva entre o Governo Federal, o Estado de Pernambuco e os municípios elaborou-se um programa que localizasse os estudantes na faixa etária a partir dos quinze anos de idade que não sabem ler e escrever, e garantir a eles uma oportunidade de contemplarem o mundo a partir da leitura.

A leitura e compreensão dos dados do censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, nos permite chegar à conclusão de que o estado de Pernambuco apresenta uma taxa elevada de analfabetismo. Nas diversas regiões do estado encontramos pessoas que compõem a estatística oficial do Governo. Por isso, o esforço desenvolvido pelo poder público para modificar tal realidade social. O Programa Paulo Freire surgiu como uma proposta pedagógica de combate ao analfabetismo. Portanto, para ser considerada uma política pública e para receber os recursos públicos oriundos do pagamento dos impostos pelos cidadãos se torna necessário a publicação das normas legais em

documentos próprios e, principalmente, a apresentação de uma matriz curricular específica.

Não devemos esquecer que na educação formal existe a educação de jovens e adultos, organizado em fases e que contemplam os anos iniciais nas fases I e II. Contemplam, desta forma, o processo de alfabetização. O que devemos compreender é que a educação formal ocorre no espaço escolar constituído e que apresenta uma carga horária definida e pouca flexibilidade para o estudante no que concerne ao horário de permanência do mesmo no seu espaço.

O Programa Paulo Freire é mais flexível em relação a carga horária e o local de formação das turmas. O quantitativo de cidadãos que não sabem ler e escrever é muito elevado e eles se encontram em todas as regiões do estado. Nesse aspecto, seria muito difícil aos estados e municípios criarem salas em múltiplos lugares. Considerando que depois de alfabetizados os estudantes precisam ser estimulados e encaminhados à escola formal para darem prosseguimento aos estudos, seria inviável manter núcleos de alfabetização em vários espaços.

Nesse aspecto é que o Programa Paulo Freire é um importante instrumento de combate ao analfabetismo, pois o trabalho voluntário do (a) social é desenvolvido em múltiplos espaços e não necessariamente precisam ser pontos definitivos de alfabetização e letramento. Uma vez terminado o período de aulas e a consequente progressão do aluno, ele deve ser encaminhado às escolas.

Por fim, a relação que se estabelece entre o educador social e o estudante é grande diferencial do Programa. Quando o educador(a) busca localizar e convencer o cidadão que não sabe ler nem escrever a participar das aulas estabelece com ele um compromisso social. Torna-se um processo pautado na humanização e na ética que pretende buscar uma solução para o analfabetismo em Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ENGUITA, Mariano F. Centros, redes, projetos. In: *Caderno de Pesquisas. Pensamento Educacional*. Curitiba: PPGE Universidade Tuiti, UTP, v. 4, n. 7, p. 23-39, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Educação Não Formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*, São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Consultado em: 12 Ago. 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed., 10ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2008.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Atos de Currículo e Autonomia Pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva*, Petrópolis: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a abolição. *Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA*. 2011, ano 8, ed. 70, 29/12/2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673:catid=288Itemid=23>. Acesso em: 15 maio. 2015.

MAY, Roy. *Discernimento Moral: uma introdução à ética cristã*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

MEIER, Celito. *A Educação à luz da pedagogia de Jesus de Nazaré*. São Paulo: Paulinas, 2006.

MULLER, Harry. *Relacionamentos em Ação*. Tradução de Werner Fuchs. Curitiba: Esperança, 2000.

MUNDURUKU, Daniel. *Coisas de indígenas*. São Paulo: Callis, 2000.

OLIVEIRA, Roseli M. Kuhnrich de. *Pra não perder a alma: o cuidado aos cuidadores*. São Leopoldo: Sinodal, 2012.

PRIORE, Mary Del; Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SILVA, Jaqueline Luzia da. *Letramento: uma pratica em busca da (re)leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

STRECK, Danilo R. *Correntes Pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*, Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Celadec, 2005.

SUNG, J. M.; SILVA, J. C. da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1995.